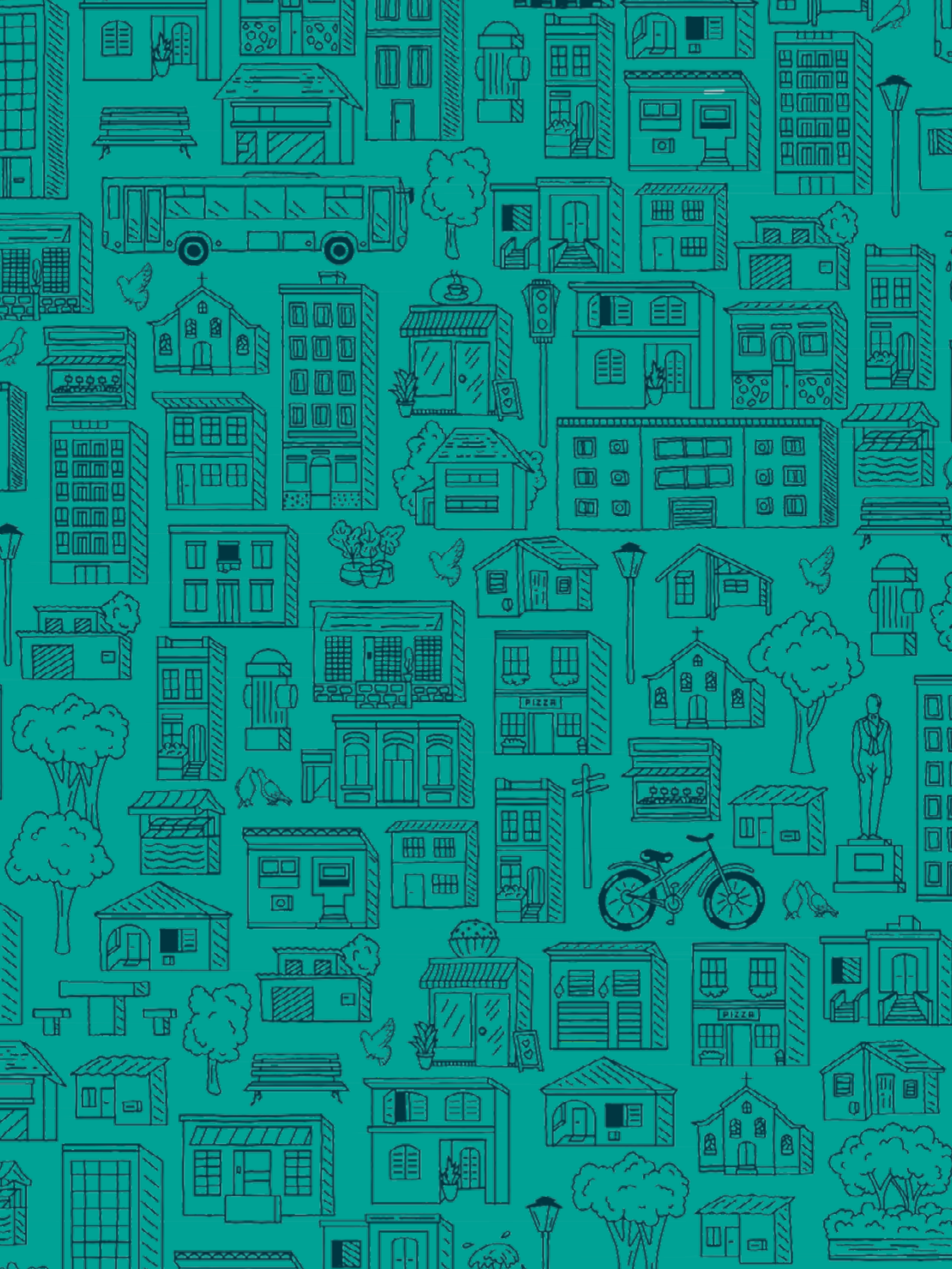




RELATÓRIO ANUAL 2025





SUMÁRIO

Mensagem do Conselho	4
Nossas unidades.....	6
Governança corporativa.....	7
Capital social e distribuição de sobras	9
Soluções financeiras.....	10
Produtos e serviços para empresas	12
Apoio integral ao produtor rural	14
Relatório da administração	16
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	20
Parecer do Conselho Fiscal	23
Demonstrações contábeis	24
Notas explicativas	29
Secovicred em números	81
Editoria Institucional.....	84



MENSAGEM DO CONSELHO

Resultados que consolidam a estratégia e fortalecem o cooperativismo

O exercício de 2025 representa um marco estratégico na trajetória do Sicoob Secoviced. Ao completar 20 anos de atuação no mercado financeiro goiano, a cooperativa consolida sua maturidade institucional por meio de indicadores consistentes de crescimento, solidez e eficiência.

Nossa atuação esteve ancorada em princípios éticos, disciplina de gestão e uma governança equilibrada, assegurando alinhamento entre o contexto macroeconômico nacional e as demandas específicas dos nossos cooperados. Esse direcionamento foi determinante para a sustentabilidade dos resultados e para o fortalecimento do nosso posicionamento no sistema.

Os resultados alcançados refletem a efetividade da atuação do Conselho de Administração, que, de forma estratégica, orientou a Diretoria Executiva e todo o corpo funcional na execução de um plano consistente, focado em geração de valor, eficiência operacional e relacionamento com o cooperado.

Ao longo de 2025, o Brasil e o mundo enfrentaram uma série de desafios que impactaram os negócios e o setor produtivo. Ainda assim, com um olhar atento, uma gestão responsável, resiliência e capacidade de adaptação, possibilitaram a entrega de resultados e ampliação da nossa relevância no cooperativismo brasileiro.

Nesse contexto, destacamo-nos entre as cooperativas do sistema Sicoob, ocupando a 14ª posição em sobras acumuladas entre 315 cooperativas no Brasil e liderança no sistema regional. Em capital social, alcançamos a 16ª posição nacional, sendo a segunda maior cooperativa da região. Também figuramos entre as 20 cooperativas mais eficientes do país, reforçando nosso compromisso com a excelência operacional.

No desempenho econômico-financeiro, encerramos 2025 com 20.741 cooperados e sobras de R\$ 132,4 milhões (antes da remuneração do capital), das quais R\$ 41,4 milhões correspondem à remuneração do capital e R\$ 90,9 milhões serão destinados à distribuição, conforme deliberação da Assembleia Geral. Esse resultado representa um crescimento de 118%, evidenciando a consistência da nossa estratégia.

Os ativos totais atingiram R\$ 1,9 bilhão, com evolução de 9,6% em relação ao exercício anterior. Os depósitos totalizaram R\$ 1,2 bilhão, com incremento de 10%, enquanto o patrimônio líquido alcançou R\$ 487 milhões, registrando crescimento de 18%. Esses indicadores reforçam a solidez financeira e a capacidade de expansão sustentável da cooperativa.

No âmbito da experiência do cooperado, superamos a meta de NPS, alcançando 76 pontos. Esse resultado traduz o compromisso institucional com a qualidade do atendimento



e com a entrega de soluções financeiras adequadas às necessidades dos associados. A escuta ativa, por meio de pesquisas contínuas, segue como um pilar fundamental para o aprimoramento da nossa atuação.

No campo socioambiental, fortalecemos nossa presença nas comunidades em que atuamos, com investimentos em educação financeira, sustentabilidade e apoio a iniciativas culturais, por meio do Instituto Sicoob. Essas ações reafirmam o nosso papel como agente de desenvolvimento local.

Mais do que resultados financeiros, os números apresentados refletem a geração de valor compartilhado. O modelo cooperativista

que sustentamos pressupõe participação, corresponsabilidade e engajamento.

Nesse sentido, reforçamos o convite para que cada cooperado amplie seu relacionamento com a Secovicred — utilizando de forma mais abrangente nossas soluções, participando das assembleias e contribuindo ativamente para a construção das decisões estratégicas da cooperativa.

Seguiremos avançando com disciplina, inovação e foco no cooperado, certos de que o crescimento sustentável da Secovicred está diretamente conectado ao fortalecimento do vínculo com cada um de nossos associados.

Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente Licenciado

Ioav Blanche
Presidente em exercício





CONHEÇA NOSSAS UNIDADES:

UAD

Avenida T-7, Nº 371, Edifício Lourenço Office, 25º Andar, Setor Oeste, Goiânia-GO | 74.140-110

Sede

Avenida D, Nº 314, Setor Oeste, Goiânia-GO | 74.140-160

Buena Vista

Avenida T-4 S/N, Loja 239, Shopping Buena Vista, Setor Bueno, Goiânia-GO | 74.230-030

Secovi

Avenida Fued José Sebba, Nº 1.193, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO | 74.805-100

Nova Suíça

Praça Wilson Salles, Nº 163, Sala 2, Bairro Nova Suíça, Goiânia-GO | 74.280-370

Educação

Avenida Anhanguera Nº 3592, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO | 74.643-010

Parque SGPA

Rua 250 Nº 221, Parque Agropecuário, Setor Nova Vila, Goiânia-GO | 74.653-200

Fecomércio

Avenida 136, Nº 1084, Setor Marista, Goiânia-GO | 74.180-040

Varjão

Praça Moisés Franco, Nº 39, Centro, Varjão-GO | 75.355-000

Bela Vista

Rua Domingos Arantes, Nº 564, Centro, Bela Vista de Goiás-GO | 75.240-000

São Miguel do Passa Quatro

Avenida Erico Josué Meireles, Nº 743, Centro, São Miguel do Passa Quatro-GO | 75.185-000

Cristianópolis

Rua Barão do Rio Branco, Nº 225, Centro, Cristianópolis-GO | 75.230-000

Vianópolis

Rua Eugenio Jardim, Nº 670, Sala 01, Setor Central, Vianópolis-GO | 75.265-000

Buritis

Avenida Dona Maria Cardoso, S/N, Qd. 99 Lt. 02/12 Loja 04, Vila São Tomaz, Aparecida de Goiânia-GO | 74.915-520



GOVERNANÇA CORPORATIVA

PRESIDENTE

Ioav Blanche – Presidente em Exercício
Marcelo Baiocchi Carneiro – Presidente Licenciado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato até a posse dos eleitos na AGO/2026

Felipe Pinho da Costa
Flávio Roberto de Castro
Ivan Hermano Filho
Márdel Paranhos Carvalho
Murillo Cortizo Vidal
Renato Costa Esperidião Júnior

CONSELHO FISCAL

Efetivo

Paulo Oliveira Lima
Paulo Roberto de Souza
Rafael Araújo Santos Baiocchi Carneiro

Suplente

Gabriel Paes Fortes

DIRETORIA

Antônio Gomes da Silva Filho | Diretor Superintendente
Hélio Silveira do Nascimento Júnior | Diretor de Riscos e Controles



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

Visão

Proporcionar a melhor experiência financeira para os nossos cooperados.

Valores

- + Respeito e valorização das pessoas
- + Cooperativismo e sustentabilidade
- + Ética e integridade
- + Excelência e eficiência
- + Liderança Inspiradora
- + Inovação e simplicidade



CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Capital Social e distribuição de sobras em uma cooperativa de crédito podem parecer conceitos complicados, mas são bem simples quando explicados de forma prática e transparente.

Capital Social é a quantia depositada no ato da abertura e também debitado mensalmente na sua conta. Isso significa que você se torna também um **sócio da instituição**, com todos os deveres e direitos dessa função.

É como uma “vaquinha” feita por todos os associados da cooperativa. Cada pessoa que decide fazer parte da cooperativa investe um valor, que se junta ao de todos os outros. Ele é usado para fortalecer a cooperativa, permitindo que ela ofereça empréstimos, serviços financeiros e outras vantagens aos seus cooperados.

Agora, imagine que a cooperativa teve um ano bem-sucedido, com bons resultados financeiros. Após pagar todas as despesas, o que resta é chamado de sobras. Mas, ao invés de ser distribuído para acionistas, como em empresas tradicionais, essas sobras são compartilhadas entre todos os cooperados. **A distribuição é proporcional a movimentação e ao quanto o cooperado gerou de negócios na cooperativa ao longo do ano.**

Em resumo, o **Capital Social** é o que você investe para fazer parte da cooperativa e as sobras são uma parte dos resultados positivos que volta para você, incentivando a participação ativa e fortalecendo a cooperativa.





SOLUÇÕES **FINANCEIRAS**

O Sicoob Secovicred oferece aos nossos cooperados uma série de soluções financeiras pensadas para tornar sua vida mais fácil e tranquila.

CONTAS

Sua porta de acesso a um mundo de produtos e serviços financeiros modernos, econômicos e sob medida para suas necessidades. Além da Conta Corrente, o Sicoob também oferece a Conta Capital, para você aumentar sua participação nos resultados da cooperativa.

CHEQUE ESPECIAL

Perfeito para aqueles momentos de emergência, o cheque especial é a solução rápida para cobrir despesas inesperadas, ajudando você a se reequilibrar com facilidade. No Sicoob Secovicred as taxas desse produto são muito menores do que as dos bancos tradicionais.

CARTÕES

Uma família completa de cartões que trazem praticidade e segurança ao seu dia a dia com as melhores taxas do mercado, limites personalizados, programa de fidelidade e marketplace Coopera. Com um aplicativo exclusivo de gestão e vantagens especiais que só uma cooperativa do Sicoob pode oferecer.

CRÉDITO

Seja qual for a sua necessidade, aqui você encontra a solução. São opções de Financiamento, Crédito Automático, Crédito Consignado Digital, Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário e muito mais, com excelentes taxas e um atendimento único. Compre seu carro, faça uma viagem, antecipe seu 13º e o que mais desejar.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Quer adquirir um veículo novo ou usado? O Sicoob Secovicred oferece o financiamento ideal, com prazos flexíveis e condições que cabem no seu bolso.

CONSÓRCIOS

Sonha em ter a casa própria, trocar de carro ou até realizar aquela cirurgia plástica? Com os Consórcios do Sicoob Secovicred, esses sonhos ficam ao seu alcance.

INVESTIMENTOS

O Sicoob tem opções de investimentos para cada perfil de investidor considerando três pilares: rentabilidade, segurança e liquidez. Fale com o seu gerente e veja qual modalidade é adequada com seu perfil e objetivo. Aqui você encontra opções como Poupança, Renda fixa, Renda variável e fundos de investimento.

PREVIDÊNCIA

Garanta um futuro tranquilo e promissor com um plano pensado para você que planeja se aposentar, empreender, estudar ou tirar aquele sonho do papel.

SERVIÇOS

Aqui tem de Débito Direto Autorizado a soluções de pagamentos instantâneos. De cobrança bancária e saque sem cartão a cartões de benefícios. E, para quem quer pagar e receber dinheiro de um jeito simples e rápido, tem o Pix. Aproveite!



PRODUTOS E SERVIÇOS PARA EMPRESAS

Somos parceiros no crescimento do seu negócio, oferecendo soluções completas para enfrentar desafios e fortalecer a gestão. O Sicoob Secovicred atua ao lado do empreendedor em todas as etapas do desenvolvimento empresarial.

CONTAS

Tenha acesso a uma série de produtos e serviços, como Conta Salário, Conta Garantida com crédito pré-aprovado e Conta Capital, com suas cotas na cooperativa.

MÁQUINA DE CARTÃO SIPAG

O Sicoob Secovicred oferece soluções integradas de pagamento para seu negócio prosperar e crescer. Com presença em todos os estados do Brasil, a Sipag é a parceira ideal para atender às suas necessidades de inovação. Seja qual for o tamanho do seu empreendimento, nós temos a solução perfeita para simplificar e otimizar os seus processos com uma plataforma confiável e eficiente, que proporciona agilidade nas transações e segurança para os seus clientes.

SEGUROS

Seguros sob medida para suas necessidades. O Sicoob Secovicred disponibiliza planos flexíveis e personalizados, associados a um conjunto de serviços exclusivos para garantir que sua empresa, você e seu patrimônio estejam sempre protegidos.

LINHAS DE CRÉDITO

O Sicoob Secovicred oferece linhas de crédito especiais, com acesso facilitado, taxas e condições atrativas, sem burocracia e o valor é creditado direto em conta corrente. Na Secovicred você conta com Capital de giro, antecipação de recebíveis, financiamento para crescer, comprar ou construir.

COOPCERTO

Com os cartões pré-pagos Coopcerto sua empresa pode fazer a gestão de pagamentos e benefícios. Voltado para empresas de todos os segmentos, o Coopcerto possui gestão online e taxa zero – além de isenção de encargos sociais e incentivos fiscais do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

CARTÕES

O cartão perfeito para todos os tipos de empresas. Com ele, você organiza os pagamentos de contas da empresa, separando as despesas pessoais das empresariais. Com apenas uma compra no crédito ao mês, você não paga parcela de anuidade.

SERVIÇOS

Soluções para facilitar o dia a dia do seu negócio: DDA, custódia de cheques, cobranças, soluções de câmbio para operações de comércio exterior, Pix e muito mais.

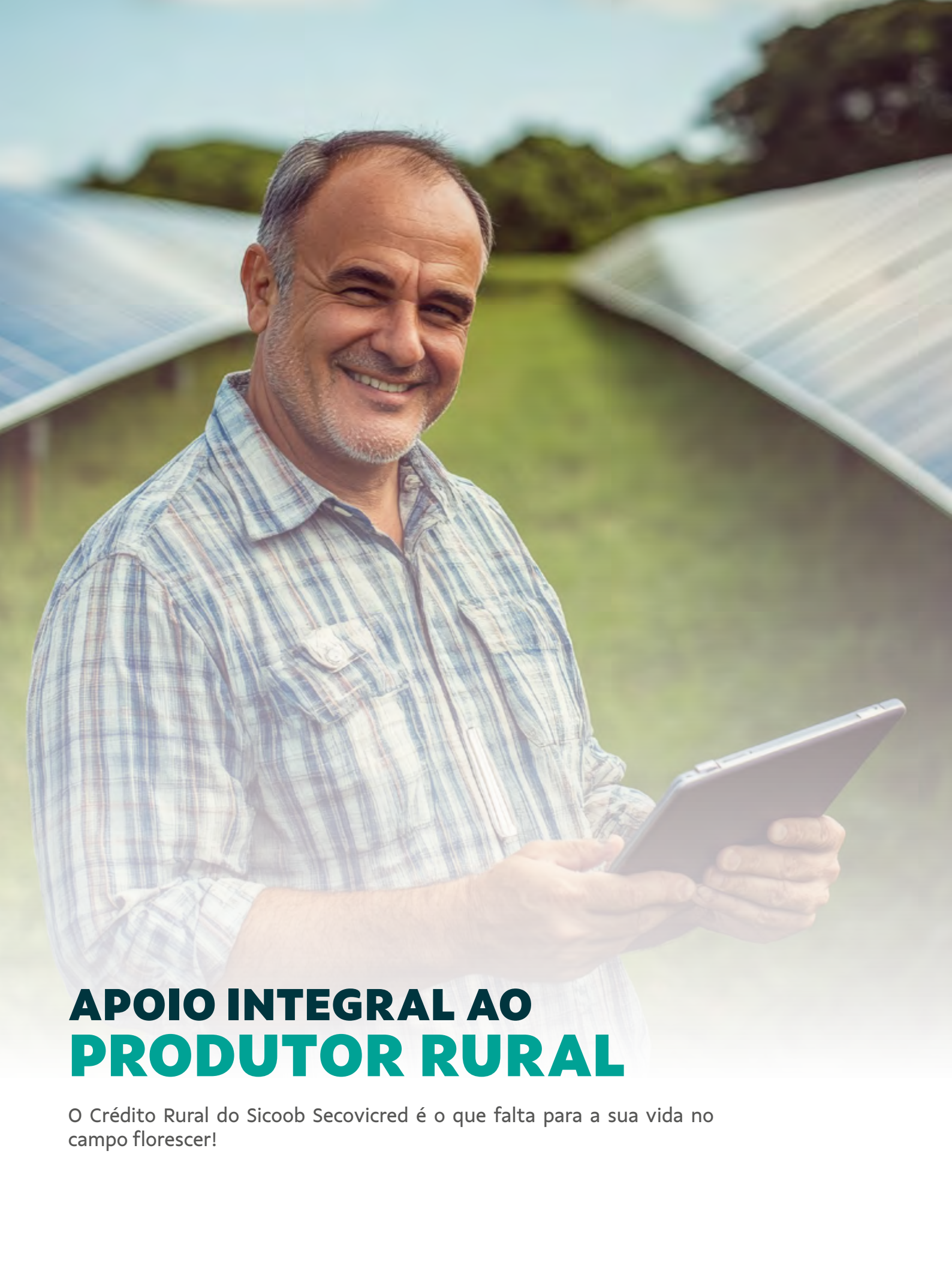
RECEBIMENTOS

São muitas formas de receber. No Sicoob Secovicred sua empresa conta com custódia de cheques, cobrança, comércio eletrônico, soluções de pagamentos da Sipag e muito mais.

PAGAMENTOS

Aqui você encontra a organização que precisa para os pagamentos da empresa. São soluções diversificadas, como Cartões Benefícios, débito automático, transferência, folha de pagamentos e muito mais.

Conte conosco para apoiá-lo(a) em cada passo de sua jornada empresarial.



APOIO INTEGRAL AO PRODUTOR RURAL

O Crédito Rural do Sicoob Secovicred é o que falta para a sua vida no campo florescer!

INVESTIMENTO

Para você que precisa ampliar, diversificar e modernizar sua produção, o Sicoob tem diversas linhas de crédito que se adequam ao perfil da sua propriedade. Financie tratores, máquinas agrícolas, sistemas de armazenagem, reforma de pastagem e irrigação, animais para cria e recria, e muitos outros.

FCO

Fundo Constitucional com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste do país. O FCO Rural está disponível para produtores rurais que desejam iniciar, ampliar ou modernizar suas atividades produtivas no Distrito Federal e nos Estados do MT, MS e GO. Com o apoio do

Sicoob Secovicred o produtor rural tem as melhores opções para ampliar os seus resultados.

CRÉDITO RURAL PARA CUSTEIO

Produtor que é cooperado também pode financiar despesas das atividades agrícolas e pecuárias: aquisição de insumos, produção de mudas e sementes, além de vacinas e medicamentos, entre outros exemplos.

PROGRAMAS AGROPECUÁRIOS DO BNDES

Conte sempre com o Sicoob Secovicred para ter acesso aos Programas Agropecuários do BNDES e incrementar a sua produção. Os empréstimos possibilitam a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e o manejo sustentável de terras produtivas.

Com o Sicoob Secovicred, o produtor rural se sente em casa!

A cooperativa oferece soluções eficientes e viáveis para investir e custear a produção agrícola. São linhas de crédito específicas que englobam diversos setores, culturas e finalidades.

Seja com repasse, recursos próprios, do BNDES e até mesmo fundos constitucionais, o Sicoob Secovicred sempre encontra o melhor caminho para atender o cooperado do setor rural, apoiando o agronegócio e contribuindo com o avanço socioeconômico de Goiás.

Com produtos e serviços de excelência e um atendimento personalizado, o Sicoob Secovicred é sinônimo de inovação e rentabilidade no campo.

SEGURO RURAL

Quem trabalha no campo sabe a importância de contar com uma proteção sob medida para o agronegócio. O Seguro Rural do Sicoob Secovicred oferece coberturas que abrangem desde a propriedade, equipamentos e animais até a sua produção. As coberturas são flexíveis e de fácil contratação, para você trabalhar tranquilo e seguro, faça chuva ou faça sol.

CONSÓRCIO AGRÍCOLA

De máquinas e implementos agrícolas a imóveis e instalações, o Consórcio Sicoob Secovicred é uma opção sem juros para quem planeja o crescimento do campo e dos seus negócios.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado da cooperativa em 2025

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira Sicoob Secovicred.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

1. Contexto Sicoob

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos

com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Secovicred é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas



assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Goiás Central e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética

e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2025, o Sicoob Secovicred registrou o total de 60 (sessenta) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a (conta corrente, pix e cartões). Das reclamações, 18 (dezoito) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo garantidor do cooperativismo de crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas

modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos resultados da cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: Reais.

Resultados Financeiros do Período	31/12/2025
Sobras ou Perdas do Exercício – antes do Juros ao Capital	R\$ 132.402.141,35
Número de cooperados	31/12/2025
TOTAL	R\$ 20.741
Carteira de Crédito	31/12/2025
Carteira Rural	R\$ 177.664.401,87
Carteira Comercial	R\$ 1.001.472.587,77
TOTAL	R\$ 1.179.136.989,64

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 27,80% da carteira, no montante de R\$ 405.376.918,88.

Captações	31/12/2025
Depósitos à vista	R\$ 363.624.306,89
Depósitos de Poupança	R\$ 184.815,85
Depósitos a prazo	R\$ 654.464.886,16
LCA	R\$ 199.423.958,80
TOTAL	R\$ 1.217.697.967,70

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 17,62% da captação, no montante de R\$ 210.855.236,04.

Patrimônio de referência	31/12/2025
TOTAL	R\$ 398.916.713,69

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2025.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. – **Sicoob Secovicred**
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. – Sicoob Secovicred, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Secovicred em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em con-

formidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1.b às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do Sicoob

Secovicred para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de março de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento



profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 24 de março de 2026.



Daniel de Leles Lima
Contador CRC 016342/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. – SICOOB SECOVICRED, no exercício das atribuições previstas no Estatuto Social e na legislação cooperativista vigente, analisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, tomando por base, ainda, o Parecer de Auditoria Independente emitido pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Com fundamento nas avaliações realizadas ao longo do exercício, em reuniões periódicas de acompanhamento, e na documentação examinada, este Conselho Fiscal conclui que as demonstrações contábeis apresentadas refletem adequadamente a situação econômico-financeira da cooperativa, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e com as disposições estatutárias.

Diante do exposto, este Conselho Fiscal manifesta parecer favorável à aprovação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Goiânia-GO, 30 de março de 2026.

Paulo Oliveira Lima
Coordenador do Conselho Fiscal

Paulo Roberto de Souza
Conselheiro Fiscal Efetivo

Rafael Araújo Santos Baiocchi Carneiro
Conselheiro Fiscal Efetivo



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Confira a seguir as Demonstrações Contábeis
da cooperativa em 2025

Balço patrimonial (R\$)		31/12/2025
Ativo	Notas	1.920.258.574,85
Disponibilidades	5	3.419.642,17
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.598.694.584,84
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	14.447.156,19
Relações interfinanceiras	6.6	426.844.203,72
Operações de Crédito	7	1.179.136.989,64
Outros créditos	7	109.173.200,79
Outros ativos financeiros	9	7.317.723,04
(-) Provisões para perdas esperadas assoc. Ao risco de crédito	7	-138.224.688,54
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		27.687.672,26
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	27.687.672,26
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		121.888.193,15
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	121.888.193,15
Ativos fiscais, correntes e diferidos	10	1.794.485,55
Outros ativos	11	145.578.564,87
Imobilizado de uso	12	30.769.472,80
Intangível e ágio	13	1.278.218,69
(-) Depreciações e amortizações		-10.852.259,48
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	-9.706.794,60
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	-1.145.464,88
TOTAL DO ATIVO		1.920.258.574,85
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.920.258.574,85
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.426.850.315,56
Depósitos	14	1.018.274.008,90
Depósitos à Vista		363.624.306,89
Depósito de Poupança		184.815,85
Depósitos a Prazo		654.464.886,16
Outros instrumentos de dívida		199.423.958,80
Recursos por Emissão de Letras	15.1	199.423.958,80
Relações interfinanceiras		122.441.831,18
Repasse interfinanceiros	16.1	122.441.831,18
Outros passivos	17	70.084.219,85
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.1	33.618.356,67
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.2	296.986,43
Outras obrigações	17.4	31.843.122,60
Provisões	18	16.626.296,83
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.1	10.847.894,49
Provisão para Pagamento a Efetuar	18.2	4.902.760,20
Provisão para Contingências	18.3	875.642,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		493.408.259,29
Capital social	19.1	312.301.451,28
Reservas de Sobras	19.2	168.884.545,05
Sobras ou Perdas Acumuladas	19.4	12.222.262,96
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.920.258.574,85

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		178.338.511,96	341.207.355,47
Resultado de Operações de Crédito	7.4	147.068.610,13	287.382.815,34
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7.a	537.793,98	1.456.689,30
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7.b	3.212.697,96	7.965.784,35
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.b	27.519.409,89	44.402.066,48
Despesas da intermediação financeira	21	-67.876.285,18	-127.028.765,64
Operações de Captação no Mercado	14.2	-58.757.115,47	-108.264.112,08
Operações de Empréstimos e Repasses	16.2	-9.119.169,71	-18.764.653,56
Resultado bruto da intermediação financeira		110.462.226,78	214.178.589,83
Provisões p/ perdas esperadas assoc. Ao risco de crédito	8.3	-24.515.005,69	-39.580.412,67
Resultado líquido da intermediação financeira		85.947.221,09	174.598.177,16
Outras receitas/despesas operacionais		-19.487.516,51	-39.261.721,35
Rendas de Tarifas Bancárias	22	2.937.599,62	5.903.924,01
Receitas de Prestação de Serviços	23	15.372.430,29	29.501.648,85
Despesas de Pessoal	24	-18.510.523,44	-34.785.786,48
Outras despesas administrativas	25	-20.164.974,66	-37.896.049,28
Despesas tributárias	26	-3.384.777,39	-4.760.239,77
Outras despesas operacionais	27	-13.524.269,86	-23.712.290,52
Outras receitas operacionais	28	17.786.998,93	26.487.071,84
Provisões	29	-712.096,66	-1.869.631,67
Provisões/Reversões para Contingências		-120.084,87	-59.611,68
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		-592.011,79	-1.810.019,99
Resultado operacional		65.747.607,92	133.466.824,14
Outras receitas e despesas	30	-1.102.697,61	-1.064.682,79
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		64.644.910,31	132.402.141,35
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		64.644.910,31	132.402.141,35

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	19.4	64.644.910,31	132.402.141,350
Outros resultados abrangentes		-	
Total do resultado abrangente		64.644.910,31	132.402.141,35

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Reservas Estatutárias	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 30/06/2025		296.699.897,59	-4.040.614,88	109.411.131,11	-	63.923.059,96	465.993.473,78
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	-	-21.969.198,92	-21.969.198,92
Recuperação de perdas de exercícios anteriores		-	-	-	-	196.143,75	196.143,75
Outros eventos/reservas		-	-	-2.674,64	-	-	-2.674,64
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/Realização	19.1	5.366.945,98	-227.095,75	-	-	-	5.139.850,23
Por Devolução (-)	19.1	-23.346.595,64	-	-	-	-	-23.346.595,64
Reversão/realização de fundos	19.4	-	-	-	-	10.338.826,06	10.338.826,06

Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital		-	-	-	-	64.644.910,31	64.644.910,31
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Juros sobre o capital próprio, líquido	19.6	37.848.913,98	-	-	-	-41.470.317,05	-3.621.403,07
Destinações das sobras							
Fundo de reserva	19.4	-	-	43.615.798,29	-	-43.615.798,29	-
Outras destinações das sobras	19.4	-	-	-	15.860.290,29	-15.860.290,29	-
FATES – Atos Cooperativos	19.4	-	-	-	-	-3.965.072,57	-3.965.072,57
SALDOS EM 31/12/2025		316.569.161,91	-4.267.710,63	153.024.254,76	15.860.290,29	12.222.262,96	493.408.259,29
Saldos em 31/12/2024		302.180.550,78	-3.881.512,81	109.027.053,57	7.072.364,12	3.208.303,30	417.606.758,96
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	-	-21.969.198,92	-21.969.198,92
Recuperação de perdas de exercícios anteriores		-	-	-	-	196.143,75	196.143,75
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Distribuição de sobras para associados 19.3		13.839.216,45	-	-	-7.072.364,12	-7.042.474,38	-275.622,05
Outros eventos/reservas		-	-	381.402,90	-	-	381.402,90
Movimentação de capital:							
Por subscrição/realização 19.1		11.943.072,52	-386.197,82	-	-	-	11.556.874,70
Por devolução (-) 19.1		-49.242.566,82	-	-	-	-	-49.242.566,82
Estorno de capital 19.1		-25	-	-	-	-	-25
Reversão/realização de fundos 19.4		-	-	-	-	10.338.826,06	10.338.826,06
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital		-	-	-	-	132.402.141,35	132.402.141,35
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Juros sobre o capital próprio, líquido 19.6		37.848.913,98	-	-	-	-41.470.317,05	-3.621.403,07
Destinações das sobras do período:							
Fundo de reserva 19.4		-	-	43.615.798,29	-	-43.615.798,29	-
Outras destinações das sobras do período 19.4		-	-	-	15.860.290,29	-15.860.290,29	-
FATES – atos cooperativos 19.4		-	-	-	-	-3.965.072,57	-3.965.072,57
SALDOS EM 31/12/2025		316.569.161,91	-4.267.710,63	153.024.254,76	15.860.290,29	12.222.262,96	493.408.259,29

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		64.644.910,31	132.402.141,35
Juros sobre o capital próprio recebidos – invest. aval. custo		(12.273.189,01)	(12.273.189,01)
Distribuição de sobras e dividendos – invest. aval. custo		(611.823,96)	(3.824.164,08)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.3	24.515.005,69	39.580.412,67
Provisões/reversões para garantias prestadas	29	592.011,79	1.810.019,99
Provisões/reversões não operacionais	30	2.410.347,23	2.410.347,69
Provisões/reversões para contingências	29	120.084,87	59.611,68



(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		64.372,90	64.372,90
Depreciações e amortizações	12 e 13	1.092.028,26	2.167.587,92
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado		80.553.748,08	162.397.141,11
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e valores mobiliários		(16.747,92)	(53.205,20)
Relações interfinanceiras		(184.815,85)	(184.815,85)
Operações de crédito		63.953.998,05	43.465.332,22
Outros ativos financeiros		23.817.609,98	52.873.312,94
Ativos fiscais correntes e diferidos		1.026.401,97	3.058.649,81
Outros ativos		(85.040.252,49)	(113.738.645,22)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Depósitos à vista		35.824.796,38	44.150.081,83
Depósitos a prazo		(4.134.999,39)	(4.094.331,21)
Outros depósitos		(215.184,15)	(3.647.184,15)
Recursos de aceite e emissão de títulos		48.250.786,32	72.461.094,05
Relações interfinanceiras		(27.948.278,98)	(54.929.538,85)
Obrigações por empréstimos e repasses		(8.350.593,76)	33.618.356,67
Outros passivos financeiros		656.138,44	1.521.423,46
Provisões		2.135.308,29	9.218.897,06
Obrigações fiscais correntes e diferidas		2.845.791,47	1.017.743,95
Outros passivos		(51.155.356,02)	(41.052.899,68)
FATES – atos cooperativos	19.4	(3.965.072,57)	(3.965.072,57)
Reversão/realização de fundos	19.4	10.338.826,06	10.338.826,06
Imposto de renda pago		(33.235,16)	–
Contribuição social pago		(23.237,35)	–
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais		88.335.631,40	212.455.166,43
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Distribuição de dividendos recebidos – invest. aval. custo		611.823,96	3.824.164,08
Juros sobre o capital próprio recebidos – invest. aval. custo		12.273.189,01	12.273.189,01
Aquisição de intangível	13	–	(77.355,21)
Aquisição de imobilizado de uso	12	(1.331.878,76)	(3.330.713,76)
Aquisição de investimentos		(12.402.388,08)	(30.049.879,22)
Caixa líquido aplicado / originado em atividades de investimentos		(849.253,87)	(17.360.595,10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital		5.139.850,23	11.556.874,70
Devolução de Capital aos Cooperados		(23.346.595,64)	(49.242.566,82)
Estorno de Capital		–	(25,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		–	(275.622,05)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	19.6	37.848.913,98	37.848.913,98
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		196.143,75	196.143,75
Outros Eventos/Reservas		(2.674,64)	381.402,90
Caixa líquido aplicado / originado em atividades de financiamentos		19.835.637,68	465.121,46
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		107.322.015,21	195.559.692,79
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		364.891.843,28	276.654.165,70
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	472.213.858,49	472.213.858,49
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		107.322.015,21	195.559.692,79

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS **EXPLICATIVAS**

Demonstrações financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2025



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional

A **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda**, doravante denominado **Sicoob Secovicred**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/2005, filiada à **Cooperativa Central de Crédito de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda – Sicoob Nova Central** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O Sicoob Secovicred, sediado à **Avenida D, Nº S/N, Setor Oeste, Goiânia – GO**, possui: 12 Postos de Atendimento (PAs), físicos, nas seguintes localidades: Goiânia – GO, Aparecida De Goiânia – GO, Varjão – GO, Bela Vista de Goiás – GO, São Miguel Do Passa Quatro – GO, Cristianópolis – GO, Vianópolis – GO, e Posto de Atendimento Digital.

O Sicoob Secovicred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistêmica e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos

Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida pelo órgão estatutário Diretoria Executiva.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda funcional e apresentação em milhares de reais

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.



2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

– O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do mo-

mento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

– O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

– Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) **Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (iv) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;

b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;

c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e

d) potenciais efeitos sobre apresentação,



notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2. Continuidade dos negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais políticas materiais

3.1. Efeitos tributários cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não

há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2. Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3. Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.4. Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.7. Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPI).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;



iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconheci-

dos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado.

Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos pre-

ços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.8. Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.9. Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os

custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10. Suspensão dos juros (*stop accrual*)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa



adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11. Provisão para Perdas

I. Visão geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários; Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (*em de-*

fault). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

– A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

– O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa

– “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de

ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12. Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que



seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renego-

ciadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.

- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13. Imobilizado de uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- Edificações – 4%;
- Equipamentos de uso – 10%;
- Veículos e processamento de dados – 20%.

3.14. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- Intangíveis – 20%.

3.15. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente

certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.16. Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17. Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação

das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19. Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido



mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.20. Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.21. Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22. Resultados recorrentes e não recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.24. Operações de arrendamento – arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.25. Relações interfinanceiras – obrigações por repasses interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.26. Depósitos e captações por recursos aceite e emissão de títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.27. Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados

para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.



Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	417.606.758,96
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(152.385.544,20)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	200.063,96
Outros (migração saldos provisionados até 31/12/2024)	133.192.391,78
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2025	398.613.670,50
Efeito no patrimônio líquido conforme a res. cmn 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	(18.993.088,46)

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a resolução CMN 4.966/21
Aplicação interfinanceira de liquidez	Aplicação interfinanceira de liquidez	83.911.081,08	-	-	CA
		-	-	83.911.081,08	VJORA
		-	-	-	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	67.157.545,24	-	CA
		-	-	67.157.545,24	VJORA
		-	-	-	VJR
Títulos e valores mobiliários e derivativos	Títulos e valores mobiliários e derivativos	230.150.915,73	(120.718.315,86)	-	CA
		-	-	103.275.873,71	CA
		-	-	-	VJORA
		-	-	6.156.726,16	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
		-	-	-	VJORA
Relações interfinanceiras	Relações interfinanceiras e interdependências	183.253.289,75	108.944.535,00	292.197.824,75	CA
		-	-	-	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
		-	-	-	VJR
Operações de crédito	Operações de crédito	1.280.906.306,81	(5.790.738,67)	1.275.115.568,14	CA
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(113.110.784,82)	(23.648.310,75)	(136.759.095,57)	CA
Outros créditos	Créditos por avais e fianças horados	6.495.065,70	5.366.464,45	11.861.530,15	CA
	Provisão para perdas esperadas	(5.497.660,61)	(3.405.337,57)	(8.902.998,18)	CA
	Títulos com características de concessão de crédito	-	-	-	CA
	Provisão para perdas esperadas	(1.775.031,99)	1.775.031,99	-	CA
	Outras operações com características de concessão de crédito	-	14.604.263,30	14.604.263,30	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	(4.972.177,47)	(4.972.177,47)	CA
	CPRF	164.834.077,98	(45.705.438,16)	119.128.639,82	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	(5.986.072,26)	(5.986.072,26)	CA
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	19.174.489,10	(13.574.308,38)	5.600.180,72	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
Total ativos financeiros		1.848.341.748,73	(25.952.859,14)	1.822.388.889,59	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a resolução cmn 4.966/21
Depósitos e demais instrumentos financeiros	Depósitos	978.033.442,43	8.765.953,63	986.799.396,06	CA
	Obrigações por op. compromissadas	-	-	-	CA
	Recursos de letras imobiliárias, hipot., créd. e similares	126.962.864,75	24.210.307,73	151.173.172,48	CA
	Relações interfinanceiras	177.371.370,03	(26.981.259,87)	150.390.110,16	CA
Total passivos financeiros		1.282.367.677,21	5.995.001,49	1.288.362.678,70	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda esperada	Saldo líquido
Disponibilidades	3.419.642,17	-	3.419.642,17
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	42.134.828,45	-	42.134.828,45
Relações interfinanceiras – centralização financeira (b)	426.659.387,87	-	426.659.387,87
SALDO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	472.213.858,49	-	472.213.858,49

a) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31/12/2025, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, remuneradas até 101% do CDI a.m., foram:

Descrição	31/12/2025
Rendimento de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.891.358,67

b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Nova Central como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos foram remunerados com o percentual de 102,31 % nos períodos de 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da centralização financeira	44.402.066,48

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:



31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.447.156,19	-	14.447.156,19
Demais aplicação em depósitos Interfinanceiros	14.447.156,19	-	14.447.156,19

6.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Perda esperada	Valor justo
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.687.672,26	-	-	27.687.672,26
Demais aplicação em depósitos interfinanceiros (a)	27.687.672,26	-	-	27.687.672,26

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 100% à 102% do CDI a.m.

6.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda esperada	Saldo líquido
Títulos e valores mobiliários	121.888.193,15	-	121.888.193,15
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen (b)	6.209.931,36	-	6.209.931,36
Participação em cooperativa central de crédito (a)	70.072.116,10	-	70.072.116,10
Participação em autorizada controlada por cooperativa de crédito ou confederação de serviço	45.606.145,69	-	45.606.145,69

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPI.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de 120% do CDI a.m.

6.4. Composição dos ativos financeiros por faixa de vencimento

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.134.828,45	-	-	42.134.828,45
TOTAL	42.134.828,45	-	-	42.134.828,45

b) Títulos e valores mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos que compõem o PR de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central	6.209.931,36	-	-	6.209.931,36
Participação em cooperativa central de crédito	-	-	70.072.116,10	70.072.116,10
Participação em autorizada controlada por cooperativa de crédito ou confederação de serviço	-	-	45.606.145,69	45.606.145,69
TOTAL	6.209.931,36	-	115.678.261,79	121.888.193,15

6.5. Resumo da carteira consolidada por categoria de mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	16.569.344,16	-	16.569.344,16
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	27.687.672,26	-	27.687.672,26
Ativos financeiros mensurados ao VJR	121.888.193,15	-	121.888.193,15

6.6. Relações e repasses interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Recursos transferidos – centralização financeira	426.659.387,87	-	426.659.387,87
Recursos transferidos – depósitos de poupança rural	184.815,85	-	184.815,85
TOTAL	426.844.203,72	-	426.844.203,72

6.7. Resultado de operações com ativos financeiros

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Rendas de títulos de renda fixa	1.878.946,24
(-) Prejuízos com títulos de renda fixa	(422.589,42)
TOTAL	1.456.356,82

b) Resultado das aplicações interfinanceiras de liquidez:



Descrição	31/12/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.965.784,35
TOTAL	7.965.784,35

6.8. Classificação por estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações interfinanceira de liquidez	42.134.828,45	-	-
Títulos privados de instituições financeiras	6.209.931,36	-	-
TOTAL	48.344.759,81	-	-

7. Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda esperada	Saldo líquido
Operações de crédito – custo amortizado			
Empréstimos	836.740.171,46	(90.073.495,54)	746.666.675,92
Direitos creditórios descontados	66.712.242,07	(7.289.731,75)	59.422.510,32
Adiantamento a depositantes	6.118.669,77	(4.224.125,87)	1.894.543,90
Cheque especial	36.563.269,31	(9.497.559,33)	27.065.709,98
Financiamentos	55.338.235,16	(3.876.178,04)	51.462.057,12
Financiamentos rurais (nota 7.1)	177.664.401,87	(6.830.215,87)	170.834.186,00
Total – operações de crédito (nota 7.2)	1.179.136.989,64	(121.791.306,40)	1.057.345.683,24
Outras operações com características de concessão de crédito – custo amortizados			
Créditos por avais e fianças honrados	12.652.180,14	(9.731.069,97)	2.921.110,17
CPRF	86.211.401,89	(3.925.399,64)	82.286.002,25
Ativos não financeiros – concessão de crédito	10.309.618,76	(2.776.912,53)	7.532.706,23
Total – outras operações com características de concessão de crédito	109.173.200,79	(16.433.382,14)	92.739.818,65
Garantias financeiras prestadas (nota 18.1.a)			
Outras garantias financeiras prestadas	171.703.292,59	-	171.703.292,59
TOTAL – GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS	171.703.292,59	-	171.703.292,59

7.1. Abertura dos financiamentos rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
Financiamentos rurais – aplicações com recursos próprios	
Custeio pecuária – recursos próprios	13.320.228,15
Investimento agricultura – recursos próprios	3.829.127,04
Investimento pecuária – recursos próprios	9.010.089,81
Financiamentos rurais – aplicações com recursos direcionados à vista	
Custeio agricultura – recursos direcionados à vista	72.070,58
Custeio pecuária – recursos direcionados à vista	86.876.801,25
Investimento agricultura – recursos direcionados à vista	1.813.899,65
Investimento pecuária – recursos direcionados à vista	118.104,16
Financiamentos rurais – aplicações com recursos direcionados da poupança rural	
Custeio pecuária – recursos direcionados da poupança rural	8.753.485,18
Investimento agricultura – recursos direcionados da poupança rural	9.570.131,72
Investimento pecuária – recursos direcionados da poupança rural	1.466.436,22
Financiamentos rurais – aplicações com recursos direcionados de LCA	
Custeio agricultura – recursos direcionados de LCA	1.451,52
Custeio pecuária – recursos direcionados de LCA	23.588.212,43
Investimento agricultura – recursos direcionados de LCA	7.280.249,39
Investimento pecuária – recursos direcionados de LCA	5.133.898,90
TOTAL	170.834.186,00

7.2. Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento rurais	31/12/2025	% da carteira
Setor Privado – Comércio	20.977.917,87	–	–	20.977.917,87	1,78%
Setor Privado – Indústria	1.206.285,97	–	–	1.206.285,97	0,10%
Setor Privado – Serviços	542.773.777,50	40.752.683,67	18.224.424,44	601.750.885,61	51,03%
Pessoa Física	377.083.042,64	14.350.421,76	159.439.977,43	550.873.441,83	46,72%
Outros	4.096.440,76	235.129,73	–	4.331.570,49	0,37%
TOTAL	946.137.464,74	55.338.235,16	177.664.401,87	1.179.140.101,77	100,00%

7.3. Operações renegociadas e reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

31/12/2025		
Natureza da Operação	Renegociadas	Reestruturadas
Operações de Crédito	180.691.169,02	23.398.494,77
TOTAL	180.691.169,02	23.398.494,77

7.4. Resultado de operações de crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	203.396.693,12



Rendas de Direitos Creditórios Descontados	16.775.688,84
Rendas de Financiamentos	13.492.199,79
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	4.038.731,15
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	7.084.550,90
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.953.882,61
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	4.495.493,64
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	174.697,37
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	15.660.632,19
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	17.822.353,77
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	995.765,75
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.833.929,19)
(-) Est. Juros Créditos por Avais e Fianças Honrados	(29,40)
TOTAL	287.382.815,34

7.5. Classificação por estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Saldo contábil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Adiantamentos a Depositantes	–	190.903,55	5.927.766,22
Direitos Creditórios Descontados	53.943.047,44	1.648.252,84	11.120.941,79
Empréstimos	646.811.749,10	67.075.231,24	159.416.460,43
Financiamentos	49.048.053,69	1.727.028,68	4.563.152,79
Financiamentos Rurais	164.549.293,45	3.046.325,62	10.068.782,80
Garantias Financeiras Prestadas	157.664.391,46	2.548.069,43	11.490.831,70
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	3.580.069,93	121.966,00	19.259.762,97
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F) (b)	68.469.318,13	12.333.804,22	5.408.279,54

a) Outros créditos são compostos por créditos por avais e fianças e créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com característica de concessão de crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6. Concentração das operações por modalidade, maiores devedores e faixas de vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

Por modalidade							
		A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total	(%) da Carteira
Adiantamentos a depositantes	1 – Maior devedor	-	-	-	1.046.225,92	1.046.225,92	0,07%
	2 – Dez maiores devedores	-	-	-	3.830.513,84	3.830.513,84	0,26%
	3 – Vinte maiores devedores	-	-	-	690.003,45	690.003,45	0,05%
	4 – Cinquenta maiores devedores	-	-	-	309.587,96	309.587,96	0,02%
	5 – Cem maiores devedores	-	-	-	103.220,57	103.220,57	0,01%
	Outros	-	-	-	112.565,40	112.565,40	0,01%
Direitos	1 – Maior devedor	1.945.876,04	-	-	-	1.945.876,04	0,13%
Creditórios descontados	2 – Dez maiores devedores	2.683.370,07	1.750.986,65	-	4.262.880,00	8.697.236,72	0,60%
	3 – Vinte maiores devedores	3.511.633,40	-	-	-	3.511.633,40	0,24%
	4 – Cinquenta maiores devedores	4.251.128,46	706.578,77	-	154.700,00	5.112.407,23	0,35%
	5 – Cem maiores devedores	3.172.850,33	1.381.110,68	-	-	4.553.961,01	0,31%
	Outros	29.656.630,95	5.794.134,19	-	6.319.533,49	41.770.298,63	2,86%
Empréstimos	1 – Maior devedor	4.467.055,55	-	26.802.333,33	-	31.269.388,88	2,14%
	2 – Dez maiores devedores	5.642.571,40	37.688.085,57	94.305.103,74	4.345.682,68	141.981.443,39	9,72%
	3 – Vinte maiores devedores	13.737.084,34	14.768.717,65	58.635.810,44	-	87.141.612,43	5,97%
	4 – Cinquenta maiores devedores	6.464.006,47	26.159.397,15	109.603.526,01	7.648.893,82	149.875.823,45	10,27%
	5 – Cem maiores devedores	10.591.476,89	25.418.069,75	79.214.514,13	7.246.019,98	122.470.080,75	8,39%
	Outros	55.679.295,46	98.793.115,80	158.581.534,82	25.484.348,42	338.538.294,50	23,19%
Financiamentos	1 – Maior devedor	212.656,71	637.970,13	5.954.388,82	-	6.805.015,66	0,47%
	2 – Dez maiores devedores	165.695,99	3.734.112,30	22.799.355,97	237.165,75	26.936.330,01	1,84%
	3 – Vinte maiores devedores	386.404,69	633.098,84	2.318.293,02	129.415,48	3.467.212,03	0,24%
	4 – Cinquenta maiores devedores	683.023,67	1.572.079,28	2.949.570,68	421.453,31	5.626.126,94	0,39%
	5 – Cem maiores devedores	532.737,76	1.537.569,73	2.976.743,90	300.119,97	5.347.171,36	0,37%
	Outros	1.142.378,80	2.361.160,65	3.488.010,64	95.922,97	7.087.473,06	0,49%
Financiamentos rurais	1 – Maior devedor	-	2.605.163,13	4.651.933,49	-	7.257.096,62	0,50%
	2 – Dez maiores devedores	3.066.862,33	19.450.014,58	8.906.072,11	-	31.422.949,02	2,15%
	3 – Vinte maiores devedores	2.191.141,88	13.098.207,67	4.479.252,82	-	19.768.602,37	1,35%
	4 – Cinquenta maiores devedores	4.539.687,10	26.764.414,72	8.830.290,14	-	40.134.391,96	2,75%
	5 – Cem maiores devedores	3.171.649,77	13.500.653,34	16.007.025,48	2.044.647,77	34.723.976,36	2,38%
	Outros	4.881.760,14	14.802.817,68	19.077.321,33	5.595.486,39	44.357.385,54	3,04%
Garantias financeiras prestadas	1 – Maior devedor	-	-	3.569.466,23	-	3.569.466,23	0,24%
	2 – Dez maiores devedores	-	1.522.956,97	12.769.246,99	-	14.292.203,96	0,98%
	3 – Vinte maiores devedores	-	-	9.476.821,51	-	9.476.821,51	0,65%
	4 – Cinquenta maiores devedores	-	1.051.863,02	15.617.074,28	-	16.668.937,30	1,14%
	5 – Cem maiores devedores	345.910,96	746.102,83	17.196.986,02	-	18.288.999,81	1,25%
	Outros	8.686.972,69	65.115.253,12	34.314.623,18	948.794,70	109.065.643,69	7,47%
Outras operações com característica de concessão de crédito	1 – Maior devedor	-	764.823,76	4.588.942,57	-	5.353.766,33	0,37%
	2 – Dez maiores devedores	187.200,55	628.795,39	2.971.160,95	1.494.503,90	5.281.660,79	0,36%
	3 – Vinte maiores devedores	17.844,77	178.665,94	348.533,44	977.644,74	1.522.688,89	0,10%
	4 – Cinquenta maiores devedores	5.831,59	15.000,00	164.250,00	2.376.591,06	2.561.672,65	0,18%
	5 – Cem maiores devedores	2.352,69	5.654,26	44.322,89	2.916.612,24	2.968.942,08	0,20%
	Outros	6.813,00	15.750,00	10.500,00	4.563.904,62	4.596.967,62	0,31%



Títulos com característica de concessão de crédito (CPR-F)	1 – Maior devedor	14.074.550,36	–	–	–	14.074.550,36	0,96%
	2 – Dez maiores devedores	7.732.976,74	9.280.503,04	12.127.672,34	5.365.000,87	34.506.152,99	2,36%
	3 – Vinte maiores devedores	4.119.420,82	3.441.939,59	4.578.800,95	669.089,34	12.809.250,70	0,88%
	4 – Cinquenta maiores devedores	2.609.604,42	7.335.610,64	4.097.359,84	2.098.064,55	16.140.639,45	1,11%
	5 – Cem maiores devedores	1.207.706,86	3.251.437,84	1.501.999,02	440.624,49	6.401.768,21	0,44%
	Outros	503.834,52	962.541,60	447.866,64	52.215,85	1.966.458,61	0,13%
TOTAL		202.277.998,17	407.474.356,26	753.406.707,72	92.281.433,53	1.455.440.495,68	100%

b) Composição dos maiores devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira total
Maior Devedor	35.825.114,08	2,78%
10 Maiores Devedores	265.166.906,77	20,61%
50 Maiores Devedores	636.734.172,31	49,49%

7.7. Movimentação em estágios das operação da carteira bruta

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo Inicial	1.308.057.005,55	135.424.511,87	172.677.802,93
(-) Transferido para Estágio 1	568.204.647,40	33.730.294,25	468.836,22
(-) Transferido para Estágio 2	70.870.172,04	5.238.986,79	160.573,17
(-) Transferido para Estágio 3	73.054.506,38	42.371.612,99	47.355.376,20
(+) Transferido do Estágio 1	568.204.647,40	70.870.172,04	73.054.506,38
(+) Transferido do Estágio 2	33.730.294,25	5.238.986,79	42.371.612,99
(+) Transferido do Estágio 3	468.836,22	160.573,17	47.355.376,20
(+) Aquisição	541.662.145,33	12.421.849,58	64.474.482,67
(+) Apropriação de Juros	52.513.518,80	4.408.952,44	2.004.627,15
(-) Liquidação	466.432.176,62	43.579.096,63	73.754.190,66
(-) Liquidação Parcial	182.009.021,91	14.115.576,27	14.720.126,16
(-) Baixa para prejuízo	–	797.897,38	38.223.327,67
SALDO FINAL	1.144.065.923,20	88.691.581,58	227.255.978,24

Os valores referidos nas seções de Aquisição e Saldo Final estão relacionados aos valores de saldo e estágio do movimento analisado, enquanto as seções de Saldo Inicial, Liquidação e Baixa para Prejuízo, compõem valores e estágios em Jan/2025. A seção de Transferências é uma composição entre estágio anterior, atual e saldo final.

7.8. Consolidação dos estágios das operações carteira bruta

Consolidado de carteira	
Saldo Inicial	1.616.159.320,35
(+) Aquisição	618.558.477,58
(+) Apropriação de Juros	58.927.098,39
(-) Liquidação	583.765.463,91
(-) Liquidação Parcial	210.844.724,34

(-) Baixa para prejuízo	39.021.225,05
SALDO FINAL	1.460.013.483,02

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Nome estágio	Valor vencido entre 31 e 60 dias
Estágio 3	4.509.175,37

8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Adiantamentos a Depositantes		46.513,97	4.177.611,90
Direitos Creditórios Descontados	212.504,48	11.292,68	7.065.934,59
Empréstimos	8.855.255,52	4.196.239,96	86.519.559,39
Financiamentos	898.047,61	134.462,84	2.843.667,59
Financiamentos Rurais	620.001,50	90.444,28	6.119.770,09
Garantias Financeiras Prestadas	1.203.410,32	198.845,84	7.410.511,12
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	41.095,53	5.656,69	12.461.230,28
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	165.429,41	330.730,42	3.429.239,81

8.1. Movimentação em estágios das provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Provisão Inicial	25.240.759,42	18.893.191,39	111.227.714,31
(-) Transferido para Estágio 1	14.581.738,78	5.285.396,21	412.349,44
(-) Transferido para Estágio 2	1.811.276,49	921.195,14	201.964,13
(-) Transferido para Estágio 3	2.378.289,09	6.434.341,14	62.683.285,73
(+) Transferido do Estágio 1	14.581.738,78	1.811.276,49	2.378.289,09
(+) Transferido do Estágio 2	5.285.396,21	921.195,14	6.434.341,14
(+) Transferido do Estágio 3	412.349,44	201.964,13	62.683.285,73
(+) Constituição Novas Operações	5.876.611,64	955.356,75	34.962.599,39
(+) Constituição Aumento de Provisão	1.613.673,73	2.084.292,09	61.378.695,89
(-) Reversão Total	6.469.455,06	6.103.841,22	22.051.078,88
(-) Reversão Parcial	15.774.025,43	959.897,92	37.809.686,47
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	148.417,68	25.879.036,13
PROVISÃO FINAL	11.995.744,37	5.014.186,68	130.027.524,77

Os valores referidos nas seções de Constituição e Provisão Final estão relacionados aos valores de saldo e estágio do movimento analisado, enquanto as seções de Provisão Inicial, Reversão e Baixa



para Prejuízo, compõem valores e estágios em Jan/2025. A seção de Transferências é uma composição entre estágio anterior, atual e saldo final.

8.2. Consolidação dos estágios das provisões

Consolidado de provisão	
Provisão Inicial	155.361.665,12
(+) Constituição Novas Operações	41.794.567,78
(+) Constituição Aumento de Provisão	65.076.661,71
(-) Reversão Total	34.624.375,16
(-) Reversão Parcial	54.543.609,82
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	26.027.453,81
PROVISÃO FINAL	147.037.455,82

8.3. Despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	124.103.099,59
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	13.391.906,78
Reversões de Provisões para Outros Créditos	1.158.594,92
Provisões para Operações de Crédito	(149.036.800,24)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(27.162.086,51)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(2.035.127,21)
TOTAL	(39.580.412,67)

9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	6.528.394,88	-	6.528.394,88
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2)	-	755.557,27	755.557,27
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.3)	33.770,89	-	33.770,89
TOTAL	6.562.165,77	755.557,27	7.317.723,04

9.1. Rendas a receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Rendas de Convênio	73.604,01	-	73.604,01
Rendas de Cartões	1.516.825,85	-	1.516.825,85
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	4.648.980,88	-	4.648.980,88

Rendas de Domicílio Bancário	189.718,29	-	189.718,29
Rendas de Poupança	67.654,32	-	67.654,32
Rendas de Transações Interfinanceiras	31.562,79	-	31.562,79
Outras Rendas a Receber	48,74	-	48,74
TOTAL	6.528.394,88	-	6.528.394,88

9.2. Devedores por depósitos em garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
PIS Folha – Depósito Judicial	-	537.438,22	537.438,22
COFINS – Depósito Judicial	-	218.119,05	218.119,05
TOTAL (NOTA 18.3.B)	-	755.557,27	755.557,27

9.3. Títulos e créditos a receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	33.770,89	-	33.770,89
TOTAL	33.770,89	-	33.770,89

10. Ativos fiscais, correntes e diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	1.173.747,64	-	1.173.747,64
CSLL não compensado no próprio exercício	352.479,19	-	352.479,19
INSS – a compensar	6.665,08	-	6.665,08
Valores a restituir – PERDCOMP	261.593,64	-	261.593,64
TOTAL	1.794.485,55	-	1.794.485,55

11. Outros ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	180.588,88	-	180.588,88
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	1.207.464,03	-	1.207.464,03
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	2.879.956,54	-	2.879.956,54



Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	106.343.571,94	37.556.415,86	143.899.987,80
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (Nota 11.2)	-	(2.892.275,85)	(2.892.275,85)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	302.843,47	-	302.843,47
TOTAL	110.914.424,86	34.664.140,01	145.578.564,87

11.1. Devedores diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Pendências a Regularizar	665.657,63	-	665.657,63
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	111.389,38	-	111.389,38
Diferença de Caixa	132,00	-	132,00
Pendências Avais	508.442,76	-	508.442,76
Outros Devedores Diversos	1.594.334,77	-	1.594.334,77
TOTAL	2.879.956,54	-	2.879.956,54

11.2. Ativos não financeiros mantidos para venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3. Despesa antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios de Seguros	50.689,31	-	50.689,31
Aluguéis	150.436,23	-	150.436,23
IPTU	14.258,37	-	14.258,37
Processamento de Dados	83.597,12	-	83.597,12
Software	3.862,44	-	3.862,44
TOTAL	302.843,47	-	302.843,47

12. Imobilizado de uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2024
Imobilizado em curso (a)		3.571.848,76	1.713.253,09	(900,00)	(2.215.048,02)	-	4.074.543,69

Edificações	4%	7.184.546,19	-	-	-	-	7.184.546,19
Instalações	10%	12.842.929,22	-	-	2.283.257,20	-	10.559.672,02
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.335.471,19	1.114.472,83	(443.445,32)	2.378,00	-	3.662.065,68
Sistema de processamento de dados	20%	2.240.585,34	352.187,73	(478.342,10)	6.768,03	-	2.359.971,68
Sistema de segurança	10%	222.432,10	33.435,00	(72.897,33)	(77.355,21)	-	339.249,64
Sistema de transporte	20%	325.000,00	325.000,00	(270.000,00)	-	-	270.000,00
Obras de arte		46.660,00	-	-	-	-	46.660,00
Total de imobilizado de uso		30.769.472,80	3.538.348,65	(1.265.584,75)	-	-	28.496.708,90
(-) Depreciação acum. imóveis de uso – edificações		(1.684.744,29)	-	-	-	(287.381,76)	(1.397.362,53)
(-) Depreciação acumulada de instalações		(4.207.854,21)	-	-	-	(1.196.454,84)	(3.011.399,37)
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(3.811.487,77)	-	915.126,96	-	(448.504,19)	(4.278.110,54)
(-) Depreciação acum. veículos		(2.708,33)	-	78.450,00	-	(54.608,33)	(26.550,00)
Total de depreciação de imobilizado de uso		(9.706.794,60)	-	993.576,96	-	(1.986.949,12)	(8.713.422,44)
TOTAL		21.062.678,20	3.538.348,65	(272.007,79)	-	(1.986.949,12)	19.736.626,46

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de amortização	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2024
Sistemas de processamento de dados	20%	712.641,21	-	-	-	-	712.641,21
Sistemas de comunicação e de segurança		157.609,74	77.355,21	(51.914,53)	-	-	132.169,06
Licenças e direitos		407.967,74	-	-	-	-	407.967,74
Autorais E De Uso							
Intangível		1.278.218,69	77.355,21	(51.914,53)	-	-	1.252.778,01
(-) Amort. acum. de ativos intangíveis		(1.145.464,88)	-	51.914,53	-	(180.638,80)	(1.016.740,61)
Total de amortização de ativos Intangíveis		(1.145.464,88)	-	51.914,53	-	(180.638,80)	(1.016.740,61)
TOTAL		132.753,81	77.355,21	-	-	(180.638,80)	236.037,40

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:



Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	363.624.306,89	-	363.624.306,89
Depósitos de Poupança	184.815,85	-	184.815,85
Depósitos a Prazo (b)	653.044.431,41	1.420.454,75	654.464.886,16
TOTAL	1.016.853.554,15	1.420.454,75	1.018.274.008,90

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

14.1. Concentração dos principais depositantes

Descrição	31/12/2025	% carteira total
Maior Depositante	23.753.670,14	1,99%
10 Maiores Depositantes	139.908.455,40	11,69%
50 Maiores Depositantes	342.865.727,69	28,65%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2. Despesas com operações de captação de mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(1.138,92)
Despesas de Depósitos a Prazo	(83.788.710,75)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(21.445.591,22)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(3.028.671,19)
TOTAL	(108.264.112,08)

15. Outros instrumentos de dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1. Recursos por emissões de letras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (a)	92.346.871,76	107.077.087,04	199.423.958,80
TOTAL	92.346.871,76	107.077.087,04	199.423.958,80

a) As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº inserção manual de texto – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

16. Relações interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1. Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	134.315.337,27	–	134.315.337,27
(-) Despesas a Apropriar – Recursos do Banco Sicoob	(11.873.506,09)	–	(11.873.506,09)
TOTAL	122.441.831,18	–	122.441.831,18

16.2. Despesas de operações de empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(14.010.080,29)
Cooperativa Central	(4.754.573,27)
TOTAL	(18.764.653,56)



17. Outros passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.1)	20.749.338,12	12.869.018,55	33.618.356,67
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.2)	296.986,43	-	296.986,43
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.3)	4.325.754,15	-	4.325.754,15
Outras Obrigações (Nota 17.4)	31.843.122,60	-	31.843.122,60
TOTAL	70.084.219,85	-	70.084.219,85

17.1. Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central (a)	20.749.338,12	12.869.018,55	33.618.356,67
TOTAL	20.749.338,12	12.869.018,55	33.618.356,67

a) As operações com Recursos da Central correspondem operação pós fixada, com vencimento até 10/01/2028.

17.2. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	286.078,41	-	286.078,41
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.908,02	-	10.908,02
TOTAL	296.986,43	-	296.986,43

17.3. Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	83.661,84	-	83.661,84
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.469.401,60	-	1.469.401,60
Outros (a)	2.772.690,71	-	2.772.690,71
TOTAL	4.325.754,15	-	4.325.754,15

a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	368.687,08	-	368.687,08
ISSQN a Recolher	37.282,45	-	37.282,45
IRRF sobre Juros ao Capital	2.366.721,18	-	2.366.721,18
Total	2.772.690,71	-	2.772.690,71

17.4. Outras obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	25.141.842,32	-	25.141.842,32
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	557.221,49	-	557.221,49
Credores Diversos – País (c)	3.651.847,23	-	3.651.847,23
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (d)	359.464,29	-	359.464,29
Recursos em Trânsito de Terceiros (e)	2.132.747,27	-	2.132.747,27
TOTAL	31.843.122,60	-	31.843.122,60

a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	11.231.611,28	-	11.231.611,28
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	13.910.231,04	-	13.910.231,04
TOTAL	25.141.842,32	-	25.141.842,32

a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.



c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	190.775,04	-	190.775,04
Valores a Repassar à Cooperativa Central	265.996,56	-	265.996,56
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	755.177,61	-	755.177,61
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	72.787,55	-	72.787,55
Diferença de Caixa	4.987,07	-	4.987,07
Créditos de Terceiros	8.268,45	-	8.268,45
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	13.426,91	-	13.426,91
Pendências a Regularizar	204.992,96	-	204.992,96
Desconto Folha Pgto – Crédito Consignado	129.828,42	-	129.828,42
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	121.975,32	-	121.975,32
Outros Credores Diversos – País	1.883.631,34	-	1.883.631,34
Valores a Liquidar – Crédito do Trabalhador	2.024,61	-	2.024,61
TOTAL	3.653.871,84	-	3.653.871,84

d) Os recursos em trânsito de terceiros que não sejam decorrentes de relação interdependência, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores	359.464,29	-	-
TOTAL	359.464,29	-	359.464,29

e) Os recursos em trânsito de terceiros, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Cobrança De Terceiros Em Trânsito	2.132.747,27	-	2.132.747,27
TOTAL	2.132.747,27	-	2.132.747,27

18. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.1)	10.847.894,49	-	10.847.894,49
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.2)	4.902.760,20	-	4.902.760,20
Provisão para Contingências (Nota 18.3)	-	875.642,14	875.642,14
TOTAL	15.750.654,69	875.642,14	16.626.296,83

18.1. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.035.127,21	-	2.035.127,21
Garantias Financeiras Prestadas (a)	8.812.767,28	-	8.812.767,28
TOTAL	10.847.894,49	-	10.847.894,49

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	171.703.292,59
TOTAL	171.703.292,59

18.2. Provisão para pagamentos a efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.537.413,07	-	3.537.413,07
Custos de Transações Interfinanceiras	122.494,77	-	122.494,77
Seguro Prestamista	216.622,39	-	216.622,39
Despesas com Cartões	384.986,17	-	384.986,17
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	199.685,00	-	199.685,00
Manutenção e Conservação de Bens	3.910,19	-	3.910,19
Compensação	56.038,29	-	56.038,29
Aluguéis	22.067,43	-	22.067,43
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	359.542,89	-	359.542,89
TOTAL	4.902.760,20	-	4.902.760,20

18.3. Provisão para contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:



a) Composição da provisão para contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para contingências
PIS FOLHA	537.438,22
COFINS	218.119,05
Trabalhistas	120.084,87
TOTAL	875.642,14

b) Depósitos Judiciais – Ativo

31/12/2025	
Descrição	Depósitos judiciais
PIS FOLHA	537.438,22
COFINS	218.119,05
Total	755.557,27

c) Movimentação das Provisões para Contingências – Trabalhistas

Descrição	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	60.473,19	60.473,19
Constituição da provisão	120.084,87	120.084,87
Reversão da provisão	(60.473,19)	(60.473,19)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	120.084,87	120.084,87

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.193.573,49. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	312.301.451,28
Associados	20.741

19.2. Fundo de reserva legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

19.3. Sobras acumuladas ou perdas acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

- 100% para conta capital, no valor de R\$ 7.072.364,12.

19.4. Destinações estatutárias e legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Percentual	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital (Nota 19.6)		132.402.141,35
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19.6)		(41.470.317,05)
Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021		90.931.824,30
Ajustes de Transição da Resolução CMN 4.966/21 (Nota 4)		(21.969.198,92)
Sobra do Exercício em 31/12/2025 após do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021		68.962.625,38
Reversão devido utilização do FATES – CCI 797/2020 – AC (a)		10.338.826,06
Sobra líquida, base de cálculo das destinações		79.301.451,44
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates Com Associados (b)	5%	(3.965.072,57)
Fundo De Reserva (c)	55%	(43.615.798,29)
Outras Reservas (Fundo para Aumento de Capital – FAC) (d)	20%	(15.860.290,29)
Sobras ou Perdas Acumuladas		15.860.290,29
Perdas Acumuladas de Cooperativa Incorporada (Nota 19.5)		(3.638.027,33)
Sobras ou Perdas Acumuladas		12.222.262,96

a) A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.



c) O Fundo de Reserva é constituído pela destinação estatutária de percentual das sobras, deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), além de destinações adicionais deliberadas pela AGO. Sua função é reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. No exercício de 2025 a cooperativa apresentou Perdas, de modo que não houve destinação para esse Fundo.

d) O Fundo de Aumento de Capital é destinado para aumento de Capital, rateados na forma do artigo 22, §1º, I do Estatuto Social, e incorporados às respectivas contas, sendo as frações de quotas partes imediatamente transferidas ao Fundo de Reserva.

19.5. Cessão de perdas acumuladas de cooperativa incorporada

Em 01/04/2020, houve processo de incorporação do Sicoob CrediSGPA, ficando o saldo de perdas demonstrado conforme abaixo:

Histórico	Valor
Perdas Acumuladas 31/12/2019 – Sicoob CrediSGPA	(38.965.557,69)
Sobras acumuladas até 01/04/2020	3.233.616,74
Total Sobras/Perdas Acumuladas (Saldo migrados 01/04/2020)	(35.731.940,95)
Sobras acumuladas 2020 (ajustes feitos na incorporadora – 01/04/2020)	(236.474,47)
Pagamento de sobras – 2020	(33.050,09)
Pagamento de perdas – 2020	238.102,70
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2015 período prescrito)	464.263,75
Saldo de Perdas antes recurso FGCOOP	(35.299.099,06)
Perdas não cobertas pelo FGCOOP (Registro PL)	(6.299.099,06)
Pagamentos de Perdas até 31/12/2022	1.590.632,07
Pagamento com JCP ano 2023	220.764,90
Pagamento com Sobras ano 2022	126.317,21
Pagamentos Espontâneos no ano 2023	285.071,83
Pagamento com Sobras ano 2023	69.901,46
Pagamento Espontâneo no ano 2024	17.434,20
Pagamento com JCP ano 2024	124.916,56
Pagamento com Sobras ano 2024	24.473,56
Pagamento Espontâneo no ano 2025	93.925,23
Pagamento com JCP ano 2025	107.634,71
6.1.710.00.0003-2 – Sobras/Perdas Exercício Encerrado	(3.638.027,33)
Cessão de Crédito – FGCOOP (a)	(29.000.000,00)
Pagto Perda com JCP-Sobras/2020, espontâneos 04/2020-04/2021	2.355.035,75
Pagto Perda com JCP-Sobras/2021, espontâneos 05/2021-04/2022	6.746.422,05
Pagto Perda com JCP-Sobras/2022, espontâneos 05/2022-04/2023	6.447.932,74
Pagto Perda com JCP-Sobras/2023, espontâneos 05/2023-04/2024	3.484.648,68
Pagto Perda com JCP-Sobras/2024, espontâneos 05/2024-04/2025	1.356.427,59
Pagto Perda espontâneo 05/2025 até 31/12/2025	270.613,63
Pagamento com JCP ano 2025	742.456,55
SALDO PERDAS EM ABERTO – FGCOOP	(7.596.463,01)
PERDAS RETIDAS A RECEBER	(11.234.490,34)

a) Em 18 de dezembro de 2020 foi firmado contrato de Cessão de Créditos de perdas a ratear entre os associados das cooperativas incorporadas com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCOOP, com finalidade de prestar suporte financeiro a cooperativa incorporadora, ficando esta responsável por controlar a perdas individualizadas e por repassar as futuras sobras e juros sobre capital dos exercícios 2021 a 2030 ao FGCOOP, tendo como interveniente garantidora a Central das Cooperativas de Crédito de Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda. – Sicoob Nova Central.

Desta forma foi repassado para cooperativa em dezembro de 2020 o montante de R\$ 29.000.000,00 (Vinte nove milhões de reais). A referida cessão de créditos, abatida diretamente da rubrica de perdas acumuladas no patrimônio líquido, se deu em caráter irrevogável e irretratável.

Conforme termos contratuais o Sicoob Central Goiás, na qualidade de interveniente do contrato, ao final do referido período de 10 anos se torna obrigada a recomprar do FGCOOP os créditos que porventura ainda não estiverem recuperados. Não há qualquer obrigação contratual entre a cooperativa e a Central em decorrência deste contrato de cessão de perdas a ratear.

Após assembleia geral realizada em 05 de abril de 2025, e após destinação das sobras do exercício de 2024, foi repassado ao FGCOOP os seguintes montantes das perdas recuperadas, em 09/05/2025 de R\$ 1.356.427,59, bem como atualização do saldo devedor sendo o montante de R\$ 1.188.766,12.

Está constituído no passivo, outras obrigações o montante de R\$ 1.875.021,37, classificados na conta Fundo garantidor de Valores, trata-se de saldo de perdas recuperadas das incorporadas de cooperados desligados no decorrer do exercício de 2025, juntamente com a atualização de saldo junto ao FGCOOP, conforme demonstrado abaixo:

Histórico	Valor
Devoluções de capital para formação do Fundo Garantidor de Valores	1.013.070,18
Atualização a pagar 05/2025 a 12/2025 (Previsto no contrato assistência FGCOOP)	861.951,19
TOTAL	1.875.021,37

A contribuição adicional, a título de atualização contratual sobre saldo devedor (perdas retidas), oriundo de recurso obtido da assistência financeira reconhecidos até 31/12/2025, conforme abaixo:

Despesas com atualizações sobre o saldo devedor contrato FGCOOP nos exercícios:	
2021	1.249.798,07
2022	2.751.888,78
2023	2.114.607,16
2024	1.272.032,27
2025	1.304.215,46
TOTAL	8.692.541,74

Após deliberação da Assembleia Geral Ordinária sobre as destinações das sobras do ano de 2025, será apurado os valores discriminados dos cooperados das incorporadas, juntamente com os juros ao capital próprio já creditado em conta capital para repasse ao FGCOOP, conforme previsto no contrato de cessão de créditos.

19.6. Juros ao capital próprio



A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2025, no montante de R\$ 41.470.317,05 e 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 28.815.339,61. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

20. Resultado de atos não cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Resultado do ato não cooperativo	Valores
1. Sobre/Perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	90.931.824,30
2. Resultado de atos com associados	(123.132.695,55)
3. (-) Ajustes manuais (ISS s/ atos não cooperativos)	(424.423,88)
4. (-) Outras deduções (resolução sicoob 129/16 – (a) e 145/16; CCI 1.762/25)	(10.593.929,84)
5. (+) despesas de juros ao capital	41.470.317,05
6. (=) resultado de atos com não associados conf. art. 87 da lei 5.764/71	(1.748.907,92)

a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

21. Despesas da intermediação financeira

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(108.264.112,08)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(18.764.653,56)
TOTAL	(127.028.765,64)

22. Rendas de tarifas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	872.464,51
Rendas de Serviços Prioritários – PF	312.816,10
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	87.595,18
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	2.886.877,31
Rendas de Outras Tarifas – PJ	1.744.170,91
TOTAL	5.903.924,01

23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	8.138.175,89
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	2.143.817,14
Rendas de Convênios	231.888,20
Rendas de Comissão de Outros Serviços	17.817,75
Rendas de Outros Serviços	568.044,49
Rendas de Comissão de Seguros	3.005.890,80
Rendas de Comissão de Previdência	4.046,90
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	5.053.450,30
Rendas de Credenciamento	35
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.005.973,70
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	160
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	8.184.404,65
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	401.534,44
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	746.409,59
TOTAL	29.501.648,85

24. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(413.748,99)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.842.502,82)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(5.884.865,86)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(6.596.076,63)
Despesas de Pessoal – Proventos	(17.953.119,48)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(19.891,60)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(75.581,10)
TOTAL	(34.785.786,48)

25. Outros despesas administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(413.015,04)
Despesas de Aluguéis	(2.458.812,78)
Despesas de Comunicações	(1.069.009,93)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.501.639,44)
Despesas de Material	(347.424,70)
Despesas de Processamento de Dados	(4.843.832,35)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(193.945,66)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(63.123,17)
Despesas de Publicações	(22.265,40)
Despesas de Seguros	(161.624,03)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.845.494,37)
Despesas de Serviços de Terceiros	(630.176,40)



Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.530.386,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(7.321.122,72)
Despesas de Transporte	(1.526.596,41)
Despesas de Viagem ao Exterior	(6.704,25)
Despesas de Viagem no País	(31.824,35)
Despesas de Amortização	(180.638,80)
Despesas de Depreciação	(1.942.980,65)
Outras Despesas Administrativas (Nota 25.1)	(8.805.432,30)
TOTAL	(37.896.049,28)

25.1. Outras despesas administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(430.837,44)
Contribuição Sindical Patronal	(51.289,60)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(3.326.772,31)
Copa/Cozinha	(155.542,23)
Lanches e Refeições	(474.373,16)
Uniformes e Vestuários	(109.923,50)
Contribuição a OCE	(18.340,00)
Taxas da Junta Comercial	(15.336,00)
Medicamentos	(308,38)
Marcas e Patentes	(759,00)
Sistema Cooperativista	(180.630,00)
Mensalidades Diversas	(21.026,94)
Rateio de Despesas da Central	(3.599.560,62)
Ações Judiciais	(3.081,45)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(313.068,11)
Contribuição Confederativa	(13.360,15)
Desp. Centro de Serv. Compart. – CCS	(2.048,38)
Outras Despesas Indedutíveis	(0,09)
Outras Despesas Administrativas	(89.174,94)
TOTAL	(8.805.432,30)

26. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(4.166.584,73)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(424.423,88)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(169.231,16)
TOTAL	(4.760.239,77)

27. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(8.404.209,97)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(35.479,14)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(10.338.826,06)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(4.933.775,35)
TOTAL	(23.712.290,52)

28. Outros receitas operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	685.860,74
Dividendos	3.212.340,12
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.852.200,13
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	7.200.011,66
Juros ao Capital	8.774.046,49
Outras Rendas Operacionais	4.762.612,70
TOTAL	26.487.071,84

29. Despesas com provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	(120.084,87)
Reversões de Provisões para Outras Contingências	60.473,19
Provisões/Reversões para Contingências	(59.611,68)
Provisões para Garantias Prestadas	(7.376.342,99)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	5.566.323,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(1.810.019,99)
TOTAL	(1.869.631,67)

30. Outras receitas e despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	782.855,82
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	129.427,40
Ganho de Capital	495.295,52
Outras Rendas não Operacionais	558.376,20
Receitas não operacionais	1.965.954,94
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(27.862,25)
(-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens	(96.623,25)
(-) Perda de Capital	(495.801,55)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(2,99)
(-) Descontos Concedidos – Operações Renegociadas	(2.410.347,69)
(-) Despesas não Operacionais	(3.030.637,73)
TOTAL	(1.064.682,79)



31. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32. Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1. Transações com partes relacionadas e remuneração de pessoal chave da administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	29.247.861,39
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	412.082,33
Taxa média (a.m.)	
Direitos Creditórios Descontados	1,84%
Empréstimos	0,60%
Financiamentos	1,52%

Prazo médio (meses)	
Direitos Creditórios Descontados	2,31
Empréstimos	74,04
Financiamentos	48,63
Operações Passivas	
Depósitos	72.471.162,89
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	22.826.286,30
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	94,79
Taxa Média – LCA (a.m.)	1,25%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (meses)	156,47
Prazo Médio – LCA (meses)	21,01
Garantias prestadas	122.052.356,34
Capital social	11.200.811,07
Remuneração	(12.545.536,49)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.236.562,15)
Encargos sociais	(796.470,72)
Benefícios	(8.123.455,40)

32.2. Cooperativa central

O sicoob Secovicred, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à Sicoob Nova Central, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Nova Central, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao Sicoob Nova Central a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Secovicred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA Central perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Nova Central:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira	426.844.203,72
Ativo – Participações de Cooperativas	70.072.116,10
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	4.648.980,88



Total de Operações Ativas	501.565.300,70
Operações Passivas	
Passivo – Obrigações por Empréstimos e Repasses	33.618.356,67
Total de Operações Passivas	33.618.356,67
Receitas	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	44.402.066,48
Despesas	
Rateio de Despesas da Central	(3.599.560,62)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	398.916.713,69
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.399.331.168,76
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	28,50%
Imobilizado para cálculo do limite	21.062.678,20
Índice de imobilização (limite 50%) %	5,27%

34. Benefícios a empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(298.193,87)
TOTAL	(298.193,87)

35. Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexida-

de dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

35.2. Risco de crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de



análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a

operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3. Risco de mercado e variação das taxas de juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas. As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias

que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm pad);
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.



35.4. Risco de liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5. Riscos social, ambiental e climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização

de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total

da cooperativa.

35.6. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

35.7. Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;



c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8. Risco cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê

procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2025.

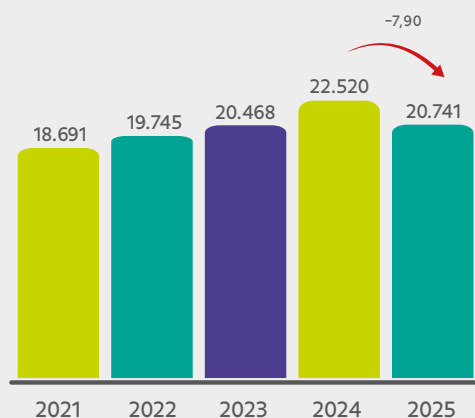
Hélio Silveira do Nascimento Júnior
Diretor de Riscos

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil – CRC-GO 16.895/O-6



SECOVICRED **EM NÚMEROS**

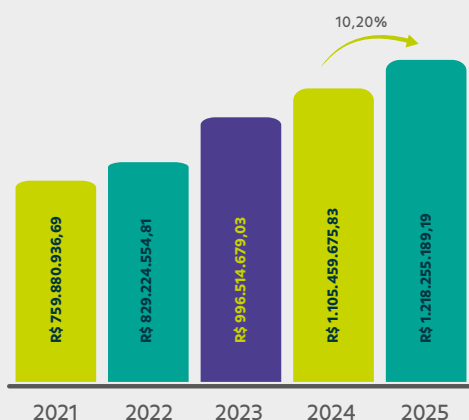
Em relação a 2025



Evolução do quadro social

NÚMERO DE COOPERADOS: 20.741

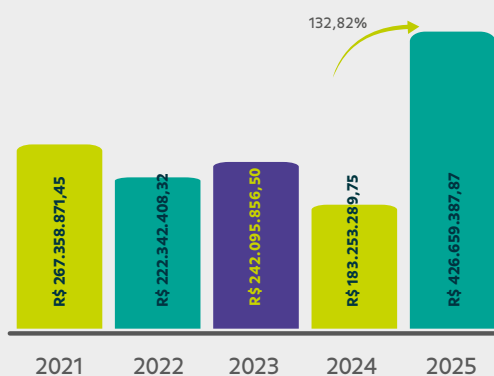
O Sicoob Secovicred diminuiu sua base em 7,90% no quadro de cooperados quando comparado ao ano de 2024.



Captação de recursos

TOTAL DE DEPÓSITOS: R\$ 1.218.255.189,19

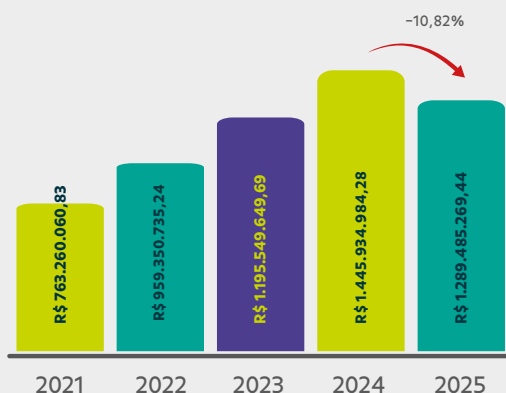
Os recursos captados na forma de depósitos à vista e a prazo apresentaram em 2025 uma evolução de 10,20% em relação ao ano de 2024.



Aplicação de recursos/centralização financeira

TOTAL DA APLICAÇÃO: R\$ 426.659.387,87

Houve um crescimento de 132,82% nos recursos aplicados junto a Nova Central, totalizando um incremento superior a R\$ 200 milhões no ano de 2025.

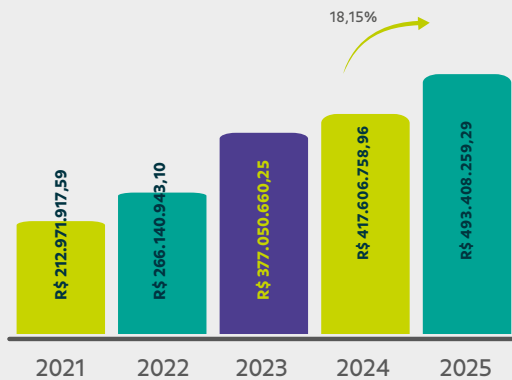


Operações de crédito

TOTAL DAS OPERAÇÕES: R\$ 1.289.485.269,44

**Operações de Crédito | CPR | Outros Créditos | Provisão*

O exercício de 2025 foi encerrado com saldo de operações em redução. Comparado ao ano de 2024, houve uma queda de 10,82%.

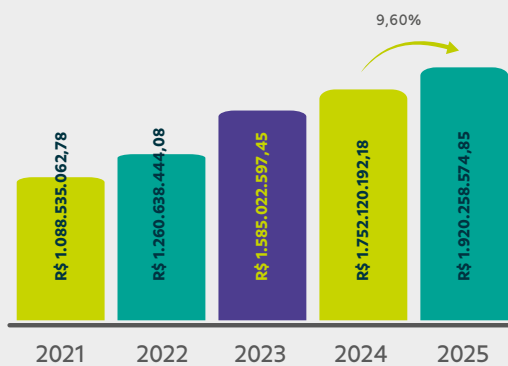


Patrimônio líquido

TOTAL DO PL: R\$ 493.408.259,29

O Patrimônio Líquido é um indicador de solidez. Em 2025 registramos um crescimento de 18,15% quando comparado ao ano de 2024.

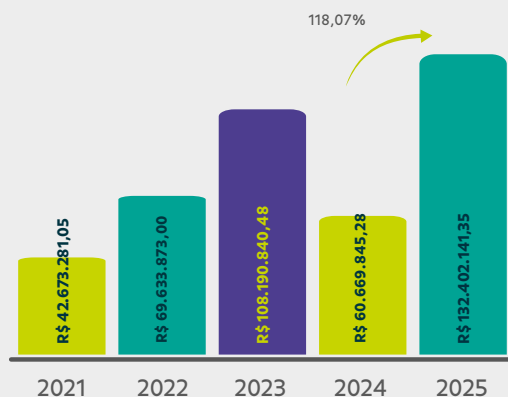
Composição do PL	2024	2025	Variação (%)
Capital Social	R\$ 298.299.037,97	R\$ 312.301.451,28	4,69%
Fundo de Reserva	R\$ 109.027.053,57	R\$ 153.024.254,76	40,35%
Fundo para Aumento de Capital	R\$ 7.072.364,12	R\$ 15.860.290,29	124,26%
Sobras à Disp. AGO	R\$ 7.072.364,13	R\$ 15.860.290,29	124,26%
Perdas Acumuladas	-R\$ 3.864.060,83	-R\$ 3.638.027,33	-5,85%
TOTAL	R\$ 417.606.758,96	R\$ 493.408.259,29	18,15%



Ativos totais

TOTAL DE ATIVOS: R\$ 1.920.258.574,85

Em 2025 registramos o crescimento de 9,60% em ativos totais.



Sobras antes da remuneração ao capital

SOBRAS: R\$ 132.402.141,25

As sobras totalizaram mais de R\$ 132 milhões, um incremento de 118,07% ao longo do ano, o que representa uma cooperativa sólida.



EDITORIA **INSTITUCIONAL**

Ações e eventos 2025



Educação, cidadania e cooperação: os resultados que marcaram 2025

Em 2025, o Sicoob Secovicred continuou fortalecendo seu compromisso com a transformação social e a promoção da educação financeira nas comunidades onde atua. Ao longo do ano, foram realizadas 73 ações sociais e educativas, todas conduzidas com dedicação por colaboradores voluntários, que atuam como agentes de impacto positivo e de promoção da cidadania.

No total, 59.108 pessoas foram beneficiadas pelas iniciativas, que abrangeram desde atividades de educação financeira e cooperativista até ações filantrópicas voltadas ao desenvolvimento social. A participação interna também foi um grande destaque: 144 colaboradores estiveram presentes em pelo menos uma ação, representando 60% do quadro total.

Juntos, eles somaram 1.532 horas de voluntariado, demonstrando que a cooperação é um valor vivido diariamente na cooperativa. O engajamento e o impacto alcançados ao longo do ano resultaram em mais um importante reconhecimento: o Sicoob Secovicred foi vencedor da Campanha Regional de Sustentabilidade (CRS), conquistando o primeiro lugar na categoria Cidadania Financeira, como a cooperativa com maior número de pessoas beneficiadas em seu grupo regional.

Esse resultado reforça não apenas a eficácia das ações, mas também o compromisso contínuo com a inclusão financeira, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

Em 2026, a cooperativa seguirá reafirmando seu papel como agente transformador, promovendo conhecimento, oportunidades e cidadania para milhares de pessoas. Seguimos juntos, cooperando para um futuro mais próspero e sustentável.

Sicoob Secovicred recebe premiação nacional



O Sicoob Secovicred foi campeão na Campanha Nacional de Investimento Social (CNIS), na categoria “Coleção Financinhas”, alcançando o maior número de pessoas beneficiadas em todo país. A CNIS é uma iniciativa do Instituto



Sicoob, que tem como objetivo reconhecer o desempenho das cooperativas e fortalecer o investimento social.

O Sicoob incentiva a replicação de programas sociais pelas cooperativas em suas comunidades, ampliando o impacto positivo e contribuindo para os resultados do Relatório de Impacto Social do Instituto. A premiação oficial foi realizada durante o evento Vende Sicoob, em Brasília, nos dias 28 e 29 de março, momento especial onde as cooperativas reconhecidas tiveram seu trabalho destacado em nível nacional.

Rodada de conversas promove o cooperativismo e apresenta resultados

Durante os meses de março e abril de 2025, o Sicoob Secovicred realizou uma rodada de visitas aos Pontos de Atendimento por meio do Programa Café com o Cooperado. A iniciativa teve como objetivo apresentar os principais resultados e ganhos da cooperativa ao longo do último exercício, além de repassar orientações sobre a Assembleia e promover treinamento sobre o processo de votação.

Mais do que um momento informativo, o programa também teve como propósito ampliar a integração entre a instituição e seus cooperados, fortalecendo o relacionamento, a proximidade e o senso de pertencimento à cooperativa.

Ao todo, foram realizados seis encontros nas cidades de Bela Vista, Varjão, Vianópolis, dois em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Os eventos reuniram cerca de 250 cooperados, que puderam conhecer de perto, em um ambiente de diálogo direto com as lideranças da cooperativa e os resultados gerados pela cooperação.

Os encontros foram conduzidos pelo presidente em exercício, Ioav Blanche, e pelo presidente licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro, e contaram com a participação de representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal: Edmar Ferreira Perilo, Felipe Pinho da Costa, Flávio Roberto de Castro, Ivan Hermano Filho, Márdel Paranhos Carvalho, Murillo Cortizo Vidal, Renato Costa Esperidião Júnior, Paulo Oliveira Lima, Paulo Roberto de Souza, Rafael Araújo Santos Baiocchi Carneiro e Gabriel Paes Fortes.

Também participaram das ações os diretores Antônio Gomes da Silva Filho e Hélio Silveira do Nascimento Júnior, além do consultor Carlos Roberto Fonseca Júnior.



Sicoob Secovicred é uma das premiadas pela atuação social na CRIS



No dia 03 de abril, o Sicoob Nova Central promoveu o InspiraÇÃO, a grande premiação das Campanhas Regionais de Vendas e de Investimento Social de 2024.

A CRIS destacou as cooperativas que mais se empenharam, no ano de 2024, em promover ações de impacto social, alinhadas aos pilares do cooperativismo e à transformação de vidas. Entre os destaques do Grupo C, o reconhecimento foi dividido entre Sicoob Secovicred (Cidadania Financeira), Sicoob Credi-Rural (Cooperativismo e Empreendedorismo) e Sicoob Do Vale (Programa Voluntário Transformador). Pelo desempenho consistente nas frentes avaliadas, o Sicoob Secovicred também recebeu o prêmio Conjunto da Obra, consolidando sua atuação como referência em investimento social.

Sicoob Secovicred celebra 20 anos de cooperação

O Sicoob Secovicred celebrou seus 20 anos no mês de agosto, em um evento realizado na Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), que reuniu cerca de 500 convidados, entre cooperados, autoridades, lideranças, representantes do cooperativismo e demais personalidades que fazem parte da trajetória da instituição.

A cerimônia foi conduzida pelo jornalista Handerson Pancieri e contou, na abertura, com os pronunciamentos do presidente em

exercício, Ioav Blanche, e do presidente licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro.

Na ocasião, o vereador Anselmo Pereira prestou uma homenagem à Secovicred. Em seguida, o prefeito Sandro Mabel destacou, em sua fala, a importância da cooperativa para seus cooperados e para a comunidade.

A celebração também contou com um momento de condecorações, marcado pela entrega de bottons aos atuais conselheiros, sócios fundadores e diretores da cooperativa. Durante esse momento, foi realizada ainda uma homenagem especial ao Dr. Edmar Ferreira Perillo, fundador, conselheiro e ex-diretor do Sicoob Secovicred, falecido em julho.



Encerrando a noite, os convidados prestigiaram atrações musicais, com destaque para o show da dupla sertaneja Edy Britto & Samuel, que animou a celebração. O evento não apenas comemorou a trajetória de 20 anos do Sicoob Secovicred, marcada por conquistas e crescimento, mas também reforçou o compromisso da cooperativa em seguir inovando e promovendo desenvolvimento para seus cooperados e comunidade.

Diretoria do Sicoob Secovicred participa de imersão executiva na Suíça

De 19 a 28 de setembro o Conselheiro de Administração, Márdel Paranhos e o Diretor de Negócios, Jefferson Costa, estiveram na Suíça para participar de uma imersão executiva junto aos dirigentes das cooperativas filiais à Nova Central. A experiência, voltada para inovação, governança e intercooperação,



contou com módulos acadêmicos na Universidade de St. Gallen, visitas técnicas a instituições cooperativas e financeiras de referência, além de workshops práticos sobre soluções digitais e desenvolvimento de lideranças.



O programa teve como objetivo promover o intercâmbio internacional e transformar os aprendizados em projetos estratégicos que fortaleçam a governança e ampliam os serviços oferecidos aos cooperados no Brasil.

Líderes participam de intercâmbio na Inglaterra

O Conselho de Administração da Secovicred, juntamente com diretores e presidentes, embarcou em uma jornada transformadora: o Programa de Capacitação Executiva Intercâmbio Confebras na Inglaterra. Um roteiro que une tradição, inovação e propósito, passando por Londres, Manchester e Rochdale, cidades que simbolizam, cada uma à sua maneira, o espírito cooperativista e o poder da colaboração.

O Diretor Superintendente, Antônio Gomes, comentou um pouco sobre a passagem da comitiva na Europa. “A experiência de conhecer o cooperativismo de outro país, mes-

mo que em outras proporções, reforça que os princípios e valores são os muito semelhantes.” A iniciativa proporcionou uma oportunidade única de enxergar o cooperativismo sob novas perspectivas, vivenciar a essência da troca e retornar com ideias que fortalecem ainda mais o nosso movimento.



Participaram da missão o presidente em exercício, Ioav Blanche, e pelo presidente licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro, e os Conselhos de Administração: Felipe Pinho da Costa, Flávio Roberto de Castro, Márdel Paranhos Carvalho, Murillo Cortizo Vidal, Renato Costa Esperidião Júnior. Acompanhando o conselho foram também os diretores Antônio Gomes da Silva Filho e Hélio Silveira do Nascimento Júnior.

Assembleia Geral Extraordinária aprova pautas estratégicas

O Sicoob Secovicred realizou, em dezembro, sua Assembleia Geral Extraordinária (AGE), reunindo cooperados e lideranças da cooperativa para deliberar sobre temas estratégicos e alinhados às atualizações normativas. A AGE foi realizada em formato digital pelo App Sicoob e Moob.

A abertura da Assembleia foi conduzida pelo presidente em exercício, Ioav Blanche, e os trabalhos foram apresentados pelo presidente licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro. O encontro contou ainda com a presença dos Conselheiros de Administração Márdel Paranhos, Felipe Pinho e Ivan Hermano Filho, além dos Conselheiros Fiscais Paulo Oliveira Lima e Paulo

Roberto de Souza, reforçando a governança e a transparência do processo decisório.

Na ordem do dia, foram apreciados e aprovados, por unanimidade de votos, todos os itens previstos no edital de convocação, sendo eles:

- **Política de Remuneração de Administradores**, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177, de 26 de setembro de 2024;



- **Instituição do Comitê de Remuneração** do Sicoob Secovicred, nos termos da mesma resolução;

- **Regimento Interno do Comitê de Remuneração;**

- **Delegação ao Conselho de Administração** para tratar da aquisição, alienação, doação e/ou oneração de bens imóveis de uso próprio da cooperativa, conforme previsto no Estatuto Social;

- **Reforma ampla e geral do Estatuto Social**, com destaque para a adequação do objeto social, ajustes decorrentes da Resolução CMN nº 5.177/2024, a constituição formal do Comitê de Remuneração e outras alterações necessárias para alinhamento ao modelo sistêmico do Sicoob.

Ao final, o presidente licenciado Marcelo Baiocchi Carneiro registrou um agradecimento especial aos cooperados pela participação, reforçando que a atuação dos associados é a base das decisões estratégicas e da construção coletiva da Secovicred.

MERCADO

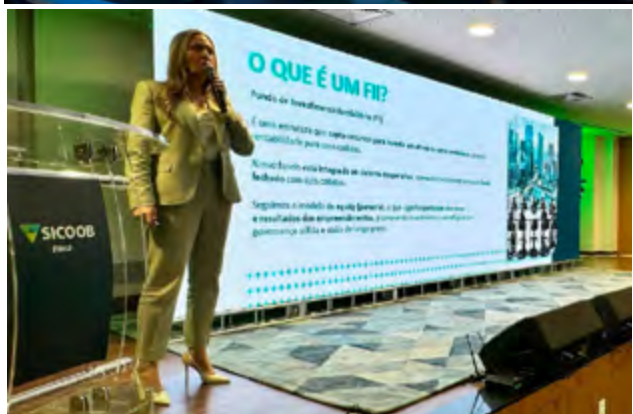
Produto traz economia por meio da compensação energética



Agora, os cooperados podem ter redução de até 20% nos custos da conta de energia, ao aderirem ao novo produto de compensação energética da Coopluza, em parceria com o Sicoob Secovicred. A solução reafirma o compromisso do Sicoob com a inovação, a sustentabilidade e a oferta de soluções que geram valor aos cooperados e às comunidades onde atua. Para aderir ao sistema, basta entrar em contato com o seu gerente.



Novo Fundo de Investimento é destaque para ampliação do setor imobiliário



Em fevereiro o presidente em exercício do Sicoob Secovicred, Ioav Blanch anunciou o lançamento do Fundo de Investimento Imobiliário Sicoob Nova Uni (FINU). O encontro foi promovido pelas Centrais Sicoob Nova e Sicoob Uni, reunindo lideranças para apresentar essa nova oportunidade de investimento.

O FINU tem o objetivo de fomentar negócios entre as cooperativas e empresas do setor imobiliário, com foco especial em construtores e terrenistas. O novo produto vai ampliar as possibilidades de investimento no mercado imobiliário, consolidando ainda mais o papel do Sicoob Secovicred como agente de transformação econômica e social. Essa iniciativa reafirma o compromisso do Sicoob em oferecer soluções inovadoras e impulsionar o crescimento sustentável dos negócios.

EVENTOS

1º Encontro de Produtores Rurais reúne cooperados e lideranças do setor



O Sicoob Secovicred foi patrocinador oficial do 1º Encontro de Produtores Rurais, realizado em fevereiro pelo Grupo Agropecuária Goiânia e Aliança Goiás, com apoio da Associação Grupo do Boi e da SGPA. A iniciativa reuniu produtores e especialistas para discutir as oportunidades e os desafios do agronegócio em 2025.

A diretoria do Sicoob Secovicred esteve presente no evento, incluindo o presidente licenciado, Marcelo Baiocchi Carneiro, reforçando o compromisso da cooperativa com o desenvolvimento do setor.

A programação contou com palestras sobre o cenário econômico do agronegócio, mesa-redonda com especialistas e momentos de networking. Um dos destaques foi a apresentação do gerente global de Tecnologia de Bovinos de Corte, Pedro Veiga, que abordou as perspectivas para o setor em 2025.

Antes do início das atividades, os convidados tiveram a oportunidade de conhecer a agência da cooperativa no Parque Agropecuário e participar de um café da manhã oferecido pela instituição.

Secovicred patrocina o 27º Encontro de Condomínios e destaca suas soluções exclusivas para o setor



Em maio, o Sicoob Secovicred participou do 27º ECON – O Condomínio do Futuro, realizado no WTC – World Trade Center, em Goiânia. Organizado pela Secovi Goiás, o evento teve como tema central a Gestão Inteligente.

Com um estande exclusivo, o público teve acesso às soluções financeiras desenvolvidas especialmente para o setor condominial. A equipe comercial, juntamente com gerentes e diretores da cooperativa, marcou presença ativa na programação, destacando como os produtos e serviços da instituição podem facilitar a rotina de síndicos e administradoras.

A Secovicred nasceu com o propósito de atender, inicialmente, o ramo imobiliário e, posteriormente, tornou-se uma cooperativa de livre admissão. Durante sua participação no evento, o superintendente comercial, Adilson Squissato, relembrou esse marco importante

da história da cooperativa e fez um agradecimento especial ao setor: “O que somos hoje é resultado dessa parceria. Somos o que somos por causa de vocês.”

Ativação no 1º Leilão Pilares do Nelore

Em sua primeira edição, o Leilão Pilares do Nelore foi um dos grandes destaques da 78ª Pecuária de Goiânia. Os encontros presenciais ocorreram na Villa Cavalcare e no Espaço Goiás Eventos, em Goiânia, com transmissão online para todo o Brasil por meio do Canal do Criador, Remate Web e Lance Rural.



Para o diretor superintendente, Antônio Gomes, a participação da Secovicred no evento reforça a parceria com o agronegócio. “Foram cinco dias de grandes ofertas, lances e negócios concretizados, com a comercialização de animais de destaque na genética das raças Nelore e Nelore Pintado. A cooperativa conta com linhas de crédito para atender os criadores em suas necessidades e se posiciona como uma parceira forte do setor”, destacou.

Os eventos reuniram grandes criadores de todo o país e movimentaram mais de R\$ 12 milhões em negócios.

Secovicred participa da 1ª Agrovem e reforça presença no agronegócio goiano

O Sicoob Secovicred marcou presença na 1ª Feira de Agronegócios de Goiânia – Agrovem, realizada em junho. Voltado à inovação,



tecnologia e geração de negócios no campo, o evento se consolidou como destaque no setor agropecuário da capital, reunindo palestras técnicas, demonstrações de tecnologias de ponta, oportunidades de networking e lançamentos voltados ao desenvolvimento do agronegócio regional.



Durante os cinco dias de feira, a equipe apresentou soluções financeiras voltadas à aquisição de máquinas e equipamentos, além de produtos como consórcios, seguros de frotas e linhas de crédito específicas para produtores rurais, no estande montado para atender os cooperados e o público da feira.

Representantes da Secovicred participam do lançamento do Plano Safra



Em julho, líderes da Secovicred estiveram em Brasília para acompanhar o lançamento do Plano Safra 2025/2026, promovido pelo Sicoob. Representaram a cooperativa os Conselheiros Márdel Paranhos e Renato Esperidião,

os Diretores Antônio Gomes e Jefferson Alves Costa, o Consultor Junior Fonseca e a Gerente de Crédito Rural Letícia Moreira.

A nova edição do Plano Safra trouxe o maior volume de recursos da história. O Sicoob, no Brasil, estimou conceder cerca de R\$ 60 bilhões em crédito rural na safra 2025/2026. A projeção representa um crescimento de 8% em relação ao ciclo anterior, quando foram liberados R\$ 55,4 bilhões para o setor.

Sicoob Secovicred participa do lançamento estadual do Plano Safra da Agricultura Familiar



O Sicoob Secovicred marcou presença no lançamento estadual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026, realizado em agosto, no Ginásio de Esportes Almir Borges, em Orizona (GO). O evento reuniu lideranças políticas, agricultores e representantes de movimentos sociais. O objetivo principal é ampliar o acesso ao crédito, fortalecer a agricultura familiar e impulsionar a produção de alimentos.

Durante a cerimônia, produtores rurais participaram da assinatura simbólica de contratos

e o cooperado Wesley de Oliveira, da agência de São Miguel do Passa Quatro, realizou a assinatura do contrato em nome do Sicoob e destacou a importância do crédito rural para o modelo.

Esta edição do programa, disponibiliza aos agricultores familiares de todo o Estado de Goiás acesso ao crédito e a políticas de incentivo, como uma forma de impulsionar a produção local e fortalecer a economia.

A cooperativa reafirma o seu papel como parceiro do agro e segue impulsionando o desenvolvimento econômico em Goiás, disponibilizando linhas de custeio e investimento para o PRONAF, o PRONAMP e demais produtores.

Sicoob Secovicred marca presença nas exposições municipais

Entre os meses de junho e setembro, o Sicoob Secovicred marcou presença em rodeios show e exposições agropecuárias nas cidades onde possui ponto de atendimento, reforçando seu relacionamento com a comunidade e o setor do agronegócio.

Em junho, participou do 12º Rodeio Show de Cristianópolis, realizado entre os dias 19 e 22, com uma programação diversificada que incluiu rodeios, shows, cavalgadas e exposição.

Ainda no mesmo mês, entre os dias 4 e 8, a cooperativa esteve presente na 34ª Expoagro de Bela Vista de Goiás, tradicional evento promovido pelo Sindicato Rural do município.

Em agosto, a Secovicred participou do 9º Rodeio Show de São Miguel do Passa Quatro, que contou com shows de João Mineiro & Marciano e Renan & Ray.

Também esteve presente no 8º Rodeio Show de Vianópolis, realizado entre os dias 14 e 17, com atrações de destaque como Daniel, Ícaro & Gilmar e Luana Prado.

Já em setembro, a cooperativa patrocinou o 1º Rodeio Show de Varjão, cuja programação incluiu shows de Isadora Pompeu, Rio Negro & Solimões, Paulo & Natan e Cleber & Cauã.

Como patrocinadora master, a cooperativa





montou estandes exclusivos em todos os eventos, recebeu convidados e visitantes, promoveu a distribuição de brindes e apresentou as vantagens do cooperativismo, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades locais.

Pense Sicoob promoveu reflexão sobre o futuro do cooperativismo

Em novembro, os líderes da Secovicred estiveram presentes no Complexo Brasil 21 – Centro de Eventos e Convenções, em Brasília, participando do “Pense Sicoob”. Evento que reuniu lideranças dos Sistemas Regionais do Sicoob, do Centro Cooperativo Sicoob e de instituições parceiras, além de autoridades e formadores de opinião do Brasil e do exterior.



O “Pense Sicoob” tem como finalidade promover debates sobre temas estratégicos voltados ao fortalecimento e à consolidação do cooperativismo no cenário financeiro nacional.

Participaram o presidente em exercício do Sicoob Secovicred, Ioav Blanche, o presidente licenciado Marcelo Baiocchi Carneiro, o conselheiro de administração Márdel Paranhos e o diretor superintendente Antônio Gomes da Silva Filho.

Sicoob Secovicred marca presença na FIC Goiás 2025



O Sicoob Secovicred participou da FIC Goiás, o maior evento multissetorial do estado. A abertura oficial contou com a presença dos presidentes das entidades Fecomércio-GO, Fieg, Facieg, Sistema OCB/GO, Sebrae Goiás e Fórum Goiano da Habitação, além de representantes de embaixadas, autoridades políticas e convidados.

Durante a solenidade, o presidente do Sistema OCB/GO, Luís Alberto Pereira, destacou

a relevância do tema principal do Coopsparty Summit 2025 “Inovar é cooperar com o futuro”, que nesta edição foi incorporado a FIC Goiás “Inovar significa criar condições, antecipar necessidades futuras e preparar o caminho para o coletivo, nossas cooperativas, o setor produtivo e a sociedade, de maneira sustentável e justa”.

Ao longo da feira, o estande do Sicoob Secovicred recebeu cooperados e visitantes, apresentando produtos e serviços da cooperativa. Foram realizadas simulações de consórcios, seguros e financiamentos, com atendimento especializado pelo time comercial e de produtos.

Cooperativa marca presença na 3ª edição do Prêmio Curta Mais



O Sicoob Secovicred apoiou a terceira edição do Prêmio Curta Mais, considerado o “Óscar” da gastronomia regional. A premiação, reconhecida como referência em Goiânia, destacou os melhores estabelecimentos e experiências gastronômicas da cidade, reafirmando a importância de iniciativas que celebram a excelência e a inovação no segmento. Representando a cooperativa no evento, estiveram presentes o presidente licenciado Marcelo Baiocchi Carneiro, a gerente de Marketing Lara Vieira e representantes do time comercial.

COOPERAÇÃO E CIDADANIA

Secovicred participa do dia do Cooperativismo em Aparecida de Goiânia



O Sicoob Secovicred esteve presente na segunda edição do Dia do Cooperativismo promovido pelo Sistema OCB/GO, em parceria com a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, em abril. O evento reuniu cerca de 3 mil pessoas em uma manhã dedicada à cidadania e a cooperativa levou ao evento o atendimento de “Clínica Financeira”, formada pelos voluntários, oferecendo orientações sobre finanças pessoais, planejamento de investimentos e perfil de investidor. A iniciativa reforça o compromisso com a educação financeira e com o 7º princípio do cooperativismo: interesse pela comunidade.

Equipe Sicoob Secovicred marca presença no Dia C em Goiânia



A equipe de voluntários transformadores do Sicoob Secovicred esteve presente no Dia de Cooperar (Dia C Goiás), realizado no dia 30



de agosto, que reuniu cerca de 6 mil pessoas. A iniciativa, promovida pelo Sistema OCB/GO em parceria com 30 cooperativas, contou com uma programação diversificada, oferecendo serviços, atividades de lazer e atrações culturais gratuitas para a população. Na 12ª edição, os voluntários do Sicoob Secovicred participaram de ações de intercooperação, promoveram a contação de histórias e atividades lúdicas para o público infantil, além de realizarem clínicas financeiras com orientações práticas para os adultos.

Dia C em Bela vista acontece durante Festa do Agro



Em setembro, os colaboradores de Bela Vista participaram das celebrações do Dia do Cooperativismo, com ações de educação financeira para as crianças. Na edição desse ano, a ação fez parte da programação da Festa do Agro que também contou com shows sertanejos, de Bruno & Marrone, Gian & Giovani e Felipe & Rodrigo.

Além das atrações musicais, o evento ofereceu espaço gastronômico e diversas atividades culturais. Mais do que um momento de lazer, o evento foi idealizado para valorizar os produtores rurais, protagonistas do desenvolvimento de Bela Vista de Goiás e toda a comunidade. Durante a programação, a equipe do Sicoob Secovicred, cooperativa parceira do agronegócio, prestou homenagem aos cooperados e

produtores rurais do município e participou ativamente das ações de educação financeira com as crianças.

Sicoob Secovicred promove ações sociais em comemoração ao mês das crianças



Em comemoração ao Dia das Crianças, no mês de outubro, o Sicoob Secovicred realizou a doação de 2.600 brinquedos para 12 instituições filantrópicas que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social. A ação levou alegria e carinho a centenas de pequenos, reforçando nosso compromisso com a solidariedade e impacto social. Os voluntários transformadores participaram ativamente, levando também as histórias da Coleção Financinhas às instituições. A iniciativa aconteceu em Goiânia, Varjão, Vianópolis e Aparecida de Goiânia, promovendo momentos de aprendizado e diversão.

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Supera abre o ano de eventos na cooperativa



O Sicoob Secovicred realizou, em março, a quinta edição do Supera, um evento interno voltado para os colaboradores, com o objetivo de compartilhar os resultados alcançados, apresentar as metas e esclarecer o planejamento estratégico da cooperativa.

O tema escolhido foi “Plano de voo 3333: preparados para a decolagem”. Nesta edição, o foco foi destacar a grande transformação presente no cooperativismo, oferecendo aos participantes uma visão ampla das mudanças e oportunidades no setor. A programação incluiu a apresentação do Planejamento Estratégico de 2025, o direcionamento para a Campanha Nacional de Vendas 2025 (CNV) e as expectativas para o Prêmio Ipê (premiação regional promovida pelo Sicoob Nova Central).

Além disso, os colaboradores participaram de uma dinâmica prática, em que cada departamento colocou a “mão na massa” elaborando em conjunto seus compromissos para o futuro e melhoria dos indicadores da cooperativa.

O grande destaque do evento foi a inovadora dinâmica das Câmeras Temáticas: com cinco telões dispostos no mesmo espaço, os participantes assistiram a palestras que aconteciam de forma simultânea. Os temas abordados incluíram a experiência do cooperado, as vantagens de investir no Sicoob, o portfólio de produtos e outros tópicos estratégicos. O palestrante Clovis Tavares encerrou o evento com muita diversão, reflexões inspiradoras e motivações relacionadas com o tema do evento.

6ª Edição do Supera comemora 20 anos do Sicoob Secovicred



Em agosto, a equipe do Sicoob Secovicred realizou a 6ª edição especial do Supera, com um tema voltado para a comemoração aos 20 anos da cooperativa. O evento aconteceu na Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego) e foi direcionado aos colaboradores da instituição. A abertura contou com a presença do presidente da cooperativa, Ioav Blanche e do presidente licenciado, Marcelo Baiocchi.

Na programação, os diretores Antônio Gomes, Hélio Silveira e Jefferson Costa apresentaram o Planejamento Estratégico de 2025. Em seguida, o gerente de produtos, Rheijser de Paula, abordou as diretrizes para o CNV 2025 e as expectativas para o Prêmio Ipê. O primeiro momento do encontro teve como



foco principal o compartilhamento dos resultados alcançados, a apresentação das metas futuras e esclarecimento do planejamento estratégico. Na segunda parte, especialmente dedicada às comemorações dos 20 anos da Secovicred, houve um bate-papo conduzido por Marcelo Baiocchi, que relembrou a história da fundação da cooperativa e respondeu, em tempo real, perguntas enviadas pelos participantes. Também foram realizadas homenagens à presidência, aos colaboradores mais antigos, aos voluntários transformadores e uma homenagem especial a todos os funcionários.

9ª edição do Dia Diferente reúne equipe e promove solidariedade



Em setembro, foi realizada a 9ª edição do Dia Diferente (Dia D), no espaço de eventos Memoratto. A confraternização, voltada para toda a equipe interna da cooperativa, teve como propósito promover engajamento e momentos de descontração entre os participantes.

O grande diferencial do evento foi a campanha de arrecadação de leite, promovida em parceria com o grupo Confraria Pais de Leite. A confraria também foi a responsável pelo almoço do evento, servindo uma deliciosa feijoada. Entre os integrantes da cozinha esteve o diretor-superintendente do Sicoob Secovicred, Antônio Gomes, que participou ativamente da ação. “Agradecemos o empenho dos nossos colaboradores, reconhecemos o esforço de cada time, que a princípio tinham o desafio de angariar um litro de leite por participante, e ao final,

alcançamos a marca de 22 mil litros. Beneficiamos cerca de 20 instituições de caridade, entre asilos, creches, orfanatos, dentre outros. Essa ação foi muito importante para nossos colaboradores que buscaram junto aos associados as doações de leite. Meu muito obrigado a cada pessoa que esteve conosco nesse grande evento”, reforçou o diretor.

Os leites arrecadados foram destinados para cerca de 20 instituições filantrópicas, entre elas: Abrigo Comendador Walmor, Abrigo dos Idosos São Vicente de Paulo de Goiânia, Associação Atos de Justiça, Associação Beneficente São Nicolau, Associação Beneficente Casa de Davi, Associação Santa Teresinha do Menino Jesus, Associação Tio Cleobaldo, Casa Silvestre Livais, Centro Amparo à Criança e Adolescentes, Complexo Assistencial São Francisco de Assis, Comunidade Luz da Vida, Ministério Filantrópico Terra Fértil (Unidade Sonho Meu), Paróquia Bom Jesus, Paróquia Santa Luzia, Seara, Aldeia, Sociedade Agostiniana de Educação e Assistência e Sociedade Vida e Esperança.

Visita reforça o projeto Experiência Coopera



No mês de setembro, a equipe de Produtos e Negócios e de Marketing da Secovicred receberam os membros da Unidade de Produtos e Serviços do Sicoob Nova Central, em conjunto com o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) para revisitar os benefícios do projeto Experiência Coopera, o marketplace do Sicoob.

No encontro foram apresentadas as novidades e perspectivas de engajamento que o Coopera gera para o fortalecimento do relacionamento com o cooperado. O Experiência Coopera foi criado para fomentar o programa de fidelidade do Sicoob, que valoriza o cooperado que movimenta sua vida financeira com a cooperativa. A cada ação realizada, o cooperado acumula Pontos Coopera, que podem ser trocados por benefícios exclusivos. Entre as opções de resgate estão: compras no marketplace do Sicoob, aportes na conta capital, investimentos em previdência privada ou até mesmo créditos na fatura do Sicoobcard. Além de viagens, eletrodomésticos, celulares, ingressos de cinema, produtos e muito mais.

Projeto Conexão Singular embarca na Secovicred



A equipe do Sicoob Secovicred recebeu, em dezembro, o Projeto Conexão Singular, iniciativa do Sicoob Nova Central voltada ao fortalecimento do relacionamento com as cooperativas filiadas. O programa tem como propósito promover integração, alinhamento estratégico e troca de experiências entre as equipes.

Participaram da visita os colaboradores da Central: Tainy de Souza Pimentel (Negócios), Barbara Gomes Rodrigues (Cidadania e Sustentabilidade), Raissa Cristina Leite de Souza (Financeiro), Victor Augusto de Maio Leite (Mercados e Canais), Hevilly Vitória Moreira Caetano (Análise de Crédito), Isabela Fornasiere Alves de Assis (Tecnologia), Wiliane da Silva Vieira (Administrativo) e Lorena Costa Lima (Administração de Pessoal).

O grupo foi recebido pelo diretor Superintendente, Antônio Gomes, e pelo diretor de Riscos, Hélio Silveira, além dos gestores e técnicos Enzo Feliciano, Jéssica Rocha, Lara Vieira e Rheijser de Paula. “Para a Secovicred, receber os membros da Central é sempre muito positivo, pois possibilita que conheçam de perto as características, a história, os negócios, os números e as rotinas da nossa singular. Agradeço a presença de todos”, destacou Gomes.

O Conexão Singular tem se consolidado como uma ação estratégica que proporciona vivência prática, fortalece a integração e amplia o conhecimento dos colaboradores da Central sobre a realidade das singulares.

Sicoob Secovicred é destaque no GO!Coop 3



O Projeto CoopImob, desenvolvido por Márdel Paranhos (Conselheiro de Administração) e Thais Monteiro (Comunicação e Marketing), conquistou o segundo lugar na final do GO!COOP 3, o maior desafio de inovação voltado para o cooperativismo goiano.



O evento, organizado pelo Sistema OCB/GO em parceria com o SEBRAE/GO, buscou soluções criativas e impactantes para cooperativas de todo o estado. A fase final do evento contou com três equipes da cooperativa, além da equipe vice-campeã, teve também o projeto Cooperadinhos representado por Lucelha Cardoso e Geovana Vitória, ambas da Central de Relacionamento, e a Força Somos Coop, conduzido pelas representantes do PA de Bela Vista, Lidianne Cunha, Daiane Rodrigues e Erica Alves.

“Representar a Secovicred nesse desafio foi uma honra. Foram meses de planejamento até a etapa final, o DemoDay, onde sabíamos que teriam ideias muito boas. Estar entre os primeiros colocados foi uma alegria e já estou ansiosa para os próximos passos” comenta a analista Thais Cristina Monteiro. O time garantiu como premiação uma missão técnica nacional.

DEU NA MÍDIA

Secovicred na TV



Durante todo o ano de 2025, o Sicoob Secovicred manteve sua parceria com o programa Jeito Goiano, reforçando sua presença na grade da TV Goiânia. Além disso, no segundo semestre, a cooperativa firmou uma parceria estratégica com o programa Agro Record Goiás, apresentado por Nahyara Moura.

Exibido aos domingos, às 10h, na TV Record, o programa traz conteúdos exclusivos sobre o agronegócio goiano e passou a contar também com a apresentação das soluções do Sicoob Secovicred voltadas a esse segmento.

A iniciativa contribui para ampliar o relacionamento com a cadeia produtiva do agronegócio e fortalecer a presença da cooperativa em um setor estratégico. Essas ações são fundamentais para aumentar a visibilidade da marca e expandir a divulgação dos benefícios do cooperativismo.

Cooperado de Bela Vista ganha destaque no Agro Record com investimento em tecnologia no campo

O Sicoob Secovicred segue valorizando as histórias de sucesso de seus cooperados no agronegócio. Com o case do cooperado Ledi-lon de Oliveira, o produtor rural de Bela Vista de Goiás foi destaque no programa Agro Record, da Record TV, evidenciando a força do cooperativismo e a evolução tecnológica no campo. Com 39 anos de experiência no ramo, ele adotou a ordenha robótica, que une automação e inteligência artificial para realizar a coleta em tempo real, com o financiamento realizado pela Secovicred.



A reportagem apresentou a trajetória do cooperado e chamou atenção pelo alto nível de inovação adotado na propriedade, com a implantação de um moderno sistema de ordenha robotizada. O investimento, de aproximadamente R\$ 2,4 milhões, utiliza tecnologia de ponta com automação e inteligência artificial, permitindo que as vacas sejam ordenhadas de forma voluntária e com monitoramento em tempo real.

Além de aumentar a produtividade, a tecnologia contribui diretamente para o bem-estar animal e para uma gestão mais eficiente da produção leiteira, com dados acessíveis pelo celular e maior controle sobre todo o processo.

A participação no programa reforça como o cooperativismo, aliado à inovação, tem impulsionado resultados no campo, promovendo desenvolvimento sustentável, geração de renda e fortalecimento da economia local.

Conselheiros do Sicoob Secoviced participam do podcast Pod Prosear da Record Goiás



Os conselheiros de administração Renato Esperidião e Márdel Paranhos, foram convidados para um bate-papo especial no podcast “Pod Prosear”, produzido pela TV Record Goiás. A conversa foi mediada pela jornalista Nahyara Moura, também apresentadora do programa Agro Record, e abordou o tema: “Liderança no cooperativismo e apoio ao produtor rural em contrapartida ao homem da cidade”. Durante a edição, foram discutidas diferentes perspectivas sobre como o cooperativismo pode atuar de forma integrada com o agronegócio e o mercado imobiliário, reforçando seu papel no desenvolvimento econômico e social.

SOCIAL

Ação Social realizada pela Secoviced distribui cestas básicas e kits escolares



O Sicoob Secoviced esteve presente no centro comunitário da cidade de Bela Vista e realizou, no mês de janeiro, a distribuição de centenas de kits escolares e cestas básicas. A ação aconteceu em uma região em situação de vulnerabilidade do município e contou, além das doações, com atividades recreativas e a oferta de lanche para as crianças participantes.

Para a realização da iniciativa, a cooperativa contou com o apoio de um time de voluntários formado por colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e incentivando a educação em seus diversos aspectos — financeiro, cooperativista, empreendedor e ensino básico.

Ações como essa reforçam a prática do 7º princípio do cooperativismo — o interesse pela comunidade —, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das localidades onde a cooperativa atua.

Apoio especial à modernização da Ala Oncológica da Santa Casa de Misericórdia

Em maio, o Sicoob Secoviced esteve presente na celebração de mais uma importante conquista da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Desta vez, a instituição de saúde deu um passo significativo em sua missão de oferecer um atendimento mais humanizado. Com o apoio da



cooperativa, que integra o grupo “Amigos da Santa Casa”, três enfermarias da Ala Madre Paulina foram totalmente reformadas, proporcionando ambientes mais acolhedores, funcionais e dignos para pacientes oncológicos.



Mais do que uma obra física, essa entrega representa um gesto de humanidade e esperança para aqueles que enfrentam desafios intensos no tratamento do câncer. A gerente de Comunicação e Marketing, Lara Vieira, participou da solenidade e destacou a importância deste apoio. “Alinhada aos princípios do cooperativismo, apoiamos a etapa inicial das reformas das enfermarias que trarão mais dignidade para os internos da Santa Casa”, afirmou. Ainda restam 13 enfermarias a serem revitalizadas e a Santa Casa convida mais empresas e pessoas para fazerem parte dessa mudança.

Sicoob Secovicred apoia o Projeto Arboriza em Vianópolis



No dia 23 de dezembro, foi lançado o Projeto Arboriza, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Vianópolis (GO), com o objetivo de ampliar a área verde da cidade. A solenidade aconteceu no Parque Danilo Mattos Guimarães e contou com a presença do prefeito Marcelo Rezende, vereadores, secretários municipais e de Elismar Gomes, gerente geral da agência do Sicoob Secovicred em Vianópolis, além da comunidade local, que demonstrou grande engajamento com a proposta. O Sicoob Secovicred é patrocinador do projeto e reforça sua atuação como instituição financeira comprometida com o desenvolvimento sustentável do município. O Arboriza reafirma valores essenciais como preservação ambiental, qualidade de vida e responsabilidade social, alinhando-se aos princípios do cooperativismo, como a intercooperação e o interesse pela comunidade. A cooperativa apoia integralmente a iniciativa, somando esforços para construir uma cidade cada vez mais verde, consciente e sustentável.

Marcelo Baiocchi participa de entrega de brinquedos a crianças da Terra Fértil

O presidente licenciado do Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro, participou, no dia 17 de dezembro, da entrega de brinquedos às crianças do Centro de Educação Infantil Palti, uma das instituições do Ministério Terra Fértil, parceiro da cooperativa desde 2014. A ação marcou mais um momento de celebração e cuidado com as crianças atendidas pelo projeto. Durante a visita, realizada pela Fecomércio e com o apoio da cooperativa, as crianças receberam os presentes das mãos do Papai Noel, que levou alegria ao ambiente.

A união entre a Secovicred e a Terra Fértil possibilitou a reforma de 10 unidades do projeto, beneficiando diretamente mais de 5 mil crianças. Atualmente, o projeto engloba 22

instituições e atende diariamente aproximadamente 3.100 crianças. Além das melhorias estruturais, a Secovicred também desenvolve ações voltadas à cultura cooperativista e à educação financeira, por meio da implantação do programa Sicoob Kids nas unidades.



Canais de oferta para você:

Telefone
 (62) 3416-000

Whatsapp
 (62) 3414-4399

Acompanhe nossas redes sociais:



[secovicred.coop](https://www.secovicred.coop)

Central de Atendimento Nacional: 0800 642 0000

Exterior (ligue a cobrar): +55 61 3030 6717

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 (de segunda a sexta, das 8h às 20h)

SAC 24 horas

0800 724 4420

Informações, dúvidas, reclamações e comunicação de ocorrência de fraude Atendimento de

Seg. a Sex. - 8h às 20h

Deficientes auditivos ou de fala 0800 940 0458

